

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		COMUNIDADE <i>MBYÁ-GUARANI</i> EM SÃO MIGUEL ARCANJO
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Aldeia Guarani em São Miguel, Guarani nas Ruínas Jesuíticas, Aldeia Alvorecer, Índios na Fonte Jesuítica, Guarani no Museu das Missões, Parque Arqueológico, Ruínas Jesuíticas, São Miguel das Missões, São Miguel, <i>Tekoá Koenju</i> .
ESTADO		Rio Grande do Sul
MUNICÍPIOS		São Miguel das Missões, Bossoroca, Caibaté, São Luis Gonzaga; Salto do Jacuí; Porto Alegre e Palmares do Sul
DISTRITOS E SUBDISTRITOS		São João das Missões, Sede de São Miguel, Caaró, Mata São Lourenço, Lomba do Pinheiro, Granja Vargas, Salto do Jacuí.
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Caaró, São Miguel das Missões, Reserva Indígena Inhacapetum.
	NO ENTORNO MAIS DISTANTE	Reserva <i>Mbyá-Guarani</i> Lomba do Pinheiro (Porto Alegre), Terra Indígena Capivari (Palmares do Sul), Terra Indígena Salto do Jacuí (Salto do Jacuí);

1.1 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE SÍTIO E DE SUA ABRANGÊNCIA

Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo intitula o sítio que integra a presença contemporânea de coletividade indígena da etnia *Mbyá-Guarani* junto aos remanescentes físicos da antiga *Reducción de San Miguel Arcanjel*, um dos Sete Povos das Missões, daqueles fundados na Banda Oriental do rio Uruguai e dentro da *Provincia Jesuítica Del Paraguay* nos séculos XVII e XVIII.

Este título surgiu como resultado de uma elaboração técnica (histórica e antropológica) na execução do Inventário Nacional de Referências Culturais e Bens Imateriais (INRC, 2004-2006) junto aos representantes *Mbyá-Guarani* residentes e transeuntes em torno ao Parque Arqueológico e Arquitetônico administrado pelo IPHAN, no qual há remanescentes físicos dessa antiga Redução do Período Colonial.

“Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo” faz uma síntese na busca do “intangível”, mesmo que contestada na bibliografia especializada, relacionando o passado de jesuítas e índios Guarani por eles cristianizados com a atual ocupação *Mbyá* (índios Guarani resistentes à cristianização até hoje) no sítio reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Estabelecida esta ligação contestada hoje por historiadores argentinos e pela produção científica de antropólogos no passado recente (incluindo a de missionários religiosos), é importante explorar o impacto da presença dos *Mbyá* no Museu das Missões desde a perspectiva do senso comum, que adere à versão difundida na mídia, considerando-os enquanto o “resto do Povo Guarani” a sofrer junto às ruínas e a mendigar entre os moradores da cidade de São Miguel.

“Comunidade *Mbyá*” é expressão que antecede propositalmente aquele que tem sido reconhecido como o núcleo conceitual do “sítio” (ruínas e parque arqueológico), tornado Patrimônio da Humanidade desde a perspectiva clássica do monumento e do material consolidada como rotina administrativa de proteção federal no sul do Brasil. O conceito “Comunidade *Mbyá*” foi integrado para produzir ruptura no paradigma materialista, de maneira a abrir espaço ao reconhecimento oficial das motivações étnicas inventariadas durante a aplicação do INRC junto aos *Mbyá*.

Os preceitos constitucionais suscitam o respeito ao patrimônio imaterial de qualquer um dos grupos que existem em território nacional, mas é um equívoco tratar a diferença cultural pela idéia de submetê-la necessariamente ao registro

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

oficial e de torná-la Patrimônio como ocorre automaticamente com os monumentos arquitetônicos e sítios arqueológicos. A diferença cultural não deve ser menosprezada (domesticada) neste processo, pois o valor constitucional maior reconhecido é o da autodeterminação dos grupos que compõem a sociedade nacional e o inventário de referências culturais deve ser instrumento para alcançar esse objetivo, reforçando as vontades próprias expressas por aqueles que a ele se submetem.

A idéia de “Comunidade *Mbyá*” produz contra-senso à perspectiva etnocêntrica que enaltece as Missões enquanto uma realização jesuítica (muitos entendem os Guarani apenas como coadjuvantes na história). O conceito comunidade introduz a variável social [étnica] exigida no trato com os níveis do intangível e do imaterial da cultura, considerando as dimensões abstratas de etnicidade e demais condicionantes sociais que organizam a vida na comunidade *Mbyá* existente em São Miguel.

O conceito “Comunidade *Mbyá*” desfaz a rigidez dos critérios burocráticos que impõem a colocação de cercas físicas para demarcar a amplitude de cada sítio protegido. O conceito “Comunidade *Mbyá*” produz um deslocamento em direção ao exterior do Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo, já que em seu interior só é oficialmente permitido a eles transitarem, venderem seu artesanato e pernoitarem em casa de passagem ali construída. Os *Mbyá* nunca foram integrados de maneira participativa na gestão pública do referido parque, limite que o INRC imediatamente constatou e pretende discutir.

A abertura da definição de sítio integrando a variável “Comunidade *Mbyá*” serve primeiramente para tratar desse tema controverso, mas há outros envolvidos igualmente contundentes à necessidade de implementação de políticas de salvaguarda pelo Estado Brasileiro. Observe-se que o título interliga a idéia Comunidade *Mbyá* ao Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo através do advérbio “em” e não pelo advérbio “de”. A opção pelo “em” é usada para dar conta da singularidade do modo de ocupação do espaço geográfico pelos grupos *Mbyá* que estão em São Miguel, onde vivem sem perder o contato constante com outras comunidades. Em São Miguel, eles fazem parte de uma rede internacional de comunidades *Mbyá-Guarani*.

A circulação e a itinerância de famílias e indivíduos dessa etnia é uma constante, transitando entre o leste do Paraguai, norte da Argentina, através do Rio Grande do Sul, chegando ao litoral brasileiro em direção norte até ao menos o Estado do Espírito Santo. Há constantes visitas e deslocamentos de residência, efetuados por famílias *Mbyá* independentes que circulam entre acampamentos e aldeias mais permanentes.

A Comunidade *Mbyá* em São Miguel faz parte dessa rede étnica continental, sendo referência importante como assentamento aos *Mbyá* que almejam ir do interior do Continente em direção ao litoral ou vice-versa, posição estratégia de *Tape* (caminho) que interliga a *Yvy Mbyty* (Centro do Mundo, leste e sul do Paraguai) e a *Para Miri* (norte da Argentina) com a *Para Guaçu* (litoral atlântico).

Assim, a Comunidade *Mbyá* em São Miguel faz parte de uma rota de circulação e compõe parte de uma ampla territorialidade étnica, que precisa ser salvaguardada enquanto patrimônio do Mercosul, porque ultrapassa as fronteiras dos países e porque coloca como centro de seu mundo geográfico o que se fez divisa internacional entre eles (os rios Paraná, Paraguai e Uruguai).

Em termos objetivos, O INRC desdobra o sítio Comunidade *Mbyá* em São Miguel Arcanjo pelo registro de diversas Localidades mais ou menos afastadas, para enfatizar essa identidade de itinerância, essa posição de *caminante* dos *Mbyá* que circulam pelo *Jeguatá Tape Porã*, pelo Belo Caminho definido em sua tradição cultural, do qual São Miguel faz parte. Em termos mais próximos ao centro do sítio (composto pelas Localidades de São Miguel e da Reserva *Mbyá* do Inhaçapetum), foram resgatadas informações sobre outra Localidade, fazendo parte das referências geográficas dos *Mbyá* na região das Missões, local onde existiram acampamentos fundados por seus ancestrais, mas atualmente abandonadas. O inventário do Caaró serve para resgatar essas referências culturais da territorialidade *Mbyá* na região, que poderia incluir outras igualmente legítimas de ocupação por esses índios (levantamento adiado para o futuro).

Os vínculos extra-locais incluem a Comunidade *Mbyá* em São Miguel, interligando-a às aldeias e acampamentos dessa etnia na *Província de Misiones* (são mais de oitenta existentes na Argentina), através de Porto Mauá e Santa Rosa principalmente, seguindo em direção ao centro do Estado do Rio Grande do Sul, onde existem duas outras Terras Indígenas (TI Salto Grande do Jacuí e de Estrela Velha) que fazem parte dessa conexão. Pelo advento da morte do *Karaí* (líder espiritual) Juancito Oliveira, ocorrida na TI Salto do Jacuí em março de 2006 onde ele residia, criou-se a oportunidade de inclui-la neste processo de inventário, (foram feitos apenas levantamentos preliminares, que precisarão de detalhamento futuro). Juancito foi uma das mais importantes lideranças tradicionais dos *Mbyá* que adentraram pelo *Tape* no século XX vindos da Argentina. Sua história de vida é um patrimônio imaterial dos *Mbyá*, considerando sua influência como defensor ferrenho do *nhande rekó*, do modo de ser Guarani, postura que marca e que diferencia até hoje os *Mbyá* no Rio Grande do Sul em relação aos demais Guarani.

No extremo leste desse caminho tradicional (a quinhentos quilômetros de distância) chegamos ao inventário inicial de mais duas comunidades *Mbyá* interligadas com São Miguel, por sua importância enquanto referência cultural em termos de tradição cosmo-ecológica, de parentesco, de alianças e de reconhecimento por sua articulação positiva com órgãos do Poder Público e instituições do mundo *juruá* (não-índios). Terra Indígena Lomba do Pinheiro (Porto Alegre) e Terra

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Indígena Capivari (Palmares do Sul) fazem parte da *Yvy Guassu*, a planície costeira do Brasil. Ambas também foram inventariadas como Localidades vinculadas ao Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo.

Terra Indígena Lomba do Pinheiro é para onde se deslocam muitos *Mbyá* vindos de São Miguel, quando transitam por Porto Alegre, existindo relações de parentesco entre ambas e visitas mútuas entre seus membros. A *Tekoá Anhetenguá* tem por cacique José Cirilo Pires Morinico, parceiro em diversos projetos anteriores realizados conjuntamente com a UFRGS, a FUNASA, a EMATER e outros órgãos. Ele é reconhecido como o Cacique-Geral dos *Mbyá* no Estado, tendo por suporte a vontade manifesta pelos *Karai* mais importantes, sendo grande defensor das tradições *Mbyá*. Foi seu prestígio de liderança voltada aos valores tradicionais e seu interesse pessoal em participar da execução do INRC, que viabilizou realizarmos os trabalhos de identificação do *Nhemongarái*, tradicional celebração de nomeação e de batismo das crianças *Mbyá*. A esposa de Cirilo tem sua mãe residindo em São Miguel há muitos anos, estreitando os laços entre ambas comunidades. O cacique da Reserva do Inhacapeum, Floriano Romeu, já foi Vice-Cacique Geral do Estado, fazendo parte da mesma comissão de José Cirilo, de quem se considera aliado sempre que faz manifestações públicas.

Terra Indígena Capivari foi comunidade contemplada na identificação do INRC enquanto parte do Sítio, apesar da grande distância geográfica em relação a São Miguel. Sua inclusão não se deve apenas ao fato de que o *Karai* Solano Almeida, liderança espiritual na *Tekoá Koenju*, seja cunhado de Agostinho Duarte, *Karai* na *Tekoá Yryapu* (TI Capivari). Deve-se também a maior proximidade no diálogo estabelecido com José Cirilo, que aceitou a solicitação de oportunizar nossa presença ao longo do ritual de nomeação na *Tekoá Yryapu*, abertura que não tivemos em São Miguel devido a conflitos internos condicionados por interferências de instituições não-indígenas na aldeia *Mbyá*. Apenas dessa forma pudemos realizar o trabalho de registro do *Nhemongarái* enquanto parte do livro de Celebrações, ritual identificado como parte do Sítio Comunidade *Mbyá* em São Miguel.

Este alargamento geográfico linear do Sítio surgiu como proposta depois de um intenso diálogo com os interlocutores *Mbyá*, alguns deles localmente constrangidos pelas alianças e dependências criadas junto aos brancos que residem em São Miguel ou que lá estão freqüentemente. Enfatizando a ligação de São Miguel com a rede de comunidades *Mbyá*, o INRC pôde ser aprofundado e enriquecido, tanto trazendo à tona a questão da proteção necessária aos últimos núcleos de mata, várzeas e campos nativos em toda a região por onde eles circulam, quanto levando a discussão sobre os direitos de acesso deles a estes mananciais, hoje tomados pela propriedade privada.

Na amplitude geográfica do Sítio Comunidade *Mbyá* em São Miguel, foram registradas formas de aliança implícitas com proprietários de áreas circunvizinhas àquelas em que os *Mbyá* estão ocupando. Trata-se de fazendeiros que permitem o acesso dos *Mbyá* ao interior de suas terras, onde a eles é permitido colocar suas armadilhas de caça e de pesca, retirar frutas e mel nativos, recolher lenha e circular livremente. Tais exemplos precisam ser reconhecidos e é um dos propósitos deste Inventário promover a oficialização desse tipo de conduta privada, tornando-a merecedora de incentivos fiscais ou dispositivos administrativos similares, de maneira a estimular que outros fazendeiros façam o mesmo, nos casos de possuírem recursos que são do interesse do *nhande rekó* Guarani.

A proteção aos recursos naturais é, então, a primeira e básica demanda apresentada pelos *Mbyá* em diálogo na execução do INRC em São Miguel. O discurso de seus representantes reclama pela necessidade de salvaguarda daquilo tudo que é constantemente criado por *Nhanderu eté* (nosso pai verdadeiro, deus) em seu benefício, ou seja, os rios, as matas e campos onde se criam as plantas e os animais que sustentam o modo de vida e a cosmologia dos *Mbyá-Guarani*. Assim, o primeiro eixo conclusivo do INRC é pela salvaguarda da **natureza livre** (ecologia não subordinada pela economia), formulação que alia os propósitos do INRC com aqueles executados por outros órgãos, como o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a FEPAN e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dentre outros.

A proteção da natureza livre será estimulada através de estratégias como incentivos fiscais aos proprietários que aceitarem a presença dos *Mbyá* em suas terras, permitindo a eles disponibilizarem de espaço à reprodução de seu modo de vida, sem interferir nos ganhos de capital privado investidos na terra (os *Mbyá* sabem respeitar lavouras, cercas e demais benfeitorias). Em termos gerais, a extensão geográfica do sítio e o acesso livre ao interior das propriedades apontam à recuperação do *Jeguatá Tape Porã*, o que leva ao segundo eixo conclusivo deste INRC, qual seja: sobre a necessidade de se implementarem políticas para salvaguardar a itinerância dos *Mbyá*, verdadeiro patrimônio imaterial brasileiro e continental. O trânsito local, regional, nacional e internacional *Mbyá* precisa obter pleno reconhecimento na amplitude do Mercosul, tornando oficial a categoria **territorialidade livre**, elaboração feita em conjunto (técnicos e representantes *Mbyá*) ao longo da etapa de Identificação. Esta categoria engloba outra mais restrita, mas igualmente importante, como é a de **acesso livre aos sítios arqueológicos das Missões** e ao Patrimônio da Humanidade e a integração participativa dos próprios *Mbyá* na gestão deste patrimônio.

A execução do INRC deparou-se com a postura reservada dos *Mbyá*, que dificultam o acesso dos *juruá* ao conhecimento e observação de suas celebrações e características culturais mais importantes, consideradas como mistério exclusivo daqueles que fazem parte de sua etnia. Os resultados de registro foram limitados no que se refere a estes aspectos mais centrais e intangíveis de sua cultura, porque se adotou postura de respeito em relação às suas exigências de reserva e segredo. Assim, o terceiro e último eixo conclusivo do INRC é para levar ao reconhecimento oficial da **dimensão de**

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

mistério exigida pelos *Mbyá*, o que poderia ser objeto de Salvaguarda, respaldando plenamente seus direitos de autodeterminação.

Ainda necessário justificar porque o Sítio é designado pelo nome histórico São Miguel Arcanjo. Em termos históricos, este foi o nome da antiga *Reducción* criada inicialmente pelos jesuítas espanhóis na bacia do Rio Ibicuí, afluente da Banda Oriental do Rio Uruguai, no que hoje é a Depressão Central do Rio Grande do Sul. Com a expansão Bandeirante dos portugueses paulistas na busca de índios Guarani no sul para servirem de mão-de-obra escrava, o local do povoado, criado como “redução” dos Guarani à vida em núcleo urbano, foi abandonado e sua população migrou para a mesopotâmia Uruguai-Paraná (Província de *Misiones*, na Argentina). Terminado o ciclo de escravismo Bandeirante para o sul, os antigos índios miguelinos puderam re-fundar seu povoado na Banda Oriental em 1687, no local onde hoje existem os remanescentes arquitetônicos e arqueológicos reconhecidos como Patrimônio da Humanidade e em torno dos quais cresce hoje a cidade de São Miguel das Missões.

A complexidade na definição do sítio de São Miguel Arcanjo apenas inicia por esta itinerância populacional exigida ao longo da história missioneira, intensificada pelo próprio padrão social, econômico e cultural vigente entre os Sete Povos das Missões dos quais São Miguel fazia parte. Nesse sentido, o sistema jesuítico impôs uma interdependência na produção econômica complementar dos povoados, investindo na especialização produtiva de cada um deles e na troca mútua para a satisfação de suas necessidades. Da mesma forma, este sistema expandiu o modo de vida Guarani na produção pecuária e na exploração da Erva-Mate por praticamente todo o território que corresponde atualmente ao Estado do Rio Grande do Sul. Assim, os Guarani miguelinos transitaram por todo este vasto território, o que ocorria mais intensamente no entorno do antigo povoado, que tinha sua vida sustentada por uma série de estruturas rurais periféricas como currais, barreiros, pomares nativos, pedreiras, portos, capelas, olarias, fontes de água etc.

São Miguel Arcanjo remonta à origem histórica do sítio, quando os Guarani missioneiros, cristianizados, existiam em paralelo aos grupos familiares guarani arredios, habitantes das matas, que se mantiveram à margem do contato direto com os missionários da Companhia de Jesus. Com a decadência dos Sete Povos, a população Guarani missioneira residual (sobrevivente às Guerras Guaraníticas entre 1754-6) dispersou-se ocupando as áreas de mata nativa posicionadas nos fundos das fazendas, criadas nas áreas de campo pela ocupação de militares paulistas e curitibanos, principalmente após a Conquista das Missões para o Império Colonial Português em 1801. Grande parte desta população tornou-se agregada ao latifúndio enquanto mão-de-obra servil nas lidas do gado e na lavoura. As mulheres Guarani foram usadas na satisfação sexual dos colonizadores, produzindo miscigenação que caracteriza a origem da população brasileira na antiga região das Missões. Por outro lado, uma pequena parte dos Guarani missioneiros retornaram ao sistema de vida na mata, afastados da ocupação portuguesa e com condições de recuperarem seu *nhande rekó* (modo tradicional de ser Guarani).

A grande diversidade de situações históricas vivenciadas pelos Guarani, com o processo de construção da sociedade brasileira no sul do país, permite definir a existência de um amplo “horizonte cultural Guarani”, composto por situações que vão desde o desaparecimento de traços culturais diacríticos com sua suposta diluição étnica no contexto regional, passando por casos etnografados de “invisibilidade étnica” de grupos familiares de forte ascendência Guarani, até os casos de radical resistência étnica como exemplifica o perfil cultural dos *Mbyá-Guarani*. O sítio de São Miguel Arcanjo é um exemplo típico desta diversidade de situações histórico-culturais dos Guarani, conforme as pesquisas etnográficas permitem concluir. Esta é a principal razão que explica sua incorporação enquanto sítio inventariado nesta aplicação-piloto do INRC.

A presença *Mbyá-Guarani* em São Miguel suscita, assim, um paradoxo entre o passado missioneiro e o presente da sociedade regional, concebida no senso comum como herança Guarani. Ao mesmo tempo em que diversos setores da sociedade brasileira incentivam esse “atavismo Guarani” como sua origem e o Governo Federal o reconhece enquanto Referência Cultural brasileira, a marginalização dos *Mbyá* nesta sociedade convive com sua motivação étnica em participar do INRC e utilizar-se da ampla respeitabilidade deste atavismo para fazer reconhecer sua autodeterminação e superar sua condição marginal e em ter plenamente atendidos seus direitos diferenciados.

Este paradoxo, difundido no censo comum, também tem fundamentação na literatura científica que tematiza os *Mbyá* e sua história, o que tem reforçado a idéia, não plenamente correta, de que sua existência em São Miguel recua à “chegada” de alguns grupos familiares *Mbyá* na cidade há menos de duas décadas. Muitos os consideram como estrangeiros paraguaios ou argentinos. A redenção deste paradoxo só é possível quando se tem por referência a territorialidade *Mbyá* e sua completa e complexa ligação com a antiga amplitude da vida dos Guarani originais fundados de São Miguel. **COMUNIDADE MBYÁ-GUARANI EM SÃO MIGUEL ARCANJO TEM COMPLEXIDADE HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA, OPORTUNIDADE SINGULAR** à valorização das Referências Culturais que perfazem esse “Horizonte Guarani” que os *Mbyá* estimulam, manifestação típica e recorrente na região das Missões, designação que tem servido como logomarca amplamente utilizada no noroeste do Rio Grande do Sul, onde é frequente a valorização do “sangue guarani

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.

40 – Família de Osvaldo na roça
 169 – Jogo de espelhos
 513 – Seu Turíbio, Juancito e Adolfo
 779 – Caminho que leva à aldeia

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE

No Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo foram inventariados bens imateriais seguindo seu enquadramento geográfico, priorizando sua localização enquanto manifestação cultural. A ênfase espacial explica o critério de valorizar o Lugar enquanto unidade da qual os demais Livros de Registro de Bens Culturais se desdobram.

O Sítio está dividido em seis Localidades, das quais se detalham os Lugares e os bens culturais inventariados em cada um destes. Assim, não foram esgotados todas as categorias de inventário em cada uma das Localidades, mas sim cada uma delas serviu para aprofundar a identificação de cada uma das categorias.

Foram utilizados como critério de Localidade os parâmetros administrativos e institucionais em vigência no Brasil. A primeira Localidade identificada é São Miguel das Missões, onde foi possível desdobrar as categorias de Lugar (Parque Arqueológico, Fonte Missioneira e Mata São Lourenço), Edificação (Tawa – Ruínas da antiga aldeia), Ofícios e Modos de Fazer (exposição e venda do artesanato) e o de Formas de Expressão (*Jerojy* - Coral de canto e dança). A Mata São Lourenço, área de mata hoje localizada dentro de uma propriedade privada, foi ocupada no meio do século XX pela família do *Mbyá* Carlito *Poku*, que nela construiu uma *Opy* (casa de reza). A partir da década de 1990 os *Mbyá* passaram a poder coletar matéria-prima para seu artesanato na Mata São Lourenço, com o apoio do então diretor do Museu das Missões, Luis Cláudio da Silva.

A segunda Localidade é a Reserva Indígena (RI) do Inhapetum, onde foram utilizadas as categorias de Lugar (*Tekoá Koenju*), Edificação (*Oó* - casa tradicional e *Opy* (casa de reza)), Ofícios e Modos de Fazer (artesanato, caça, pesca e coleta) e Formas de Expressão (*Jerojy* - Coral de Canto e Dança).

A terceira localidade a ser identificada é a do Caaró, utilizando-se a categoria Lugar (acampamento *Mbyá* no rio Urucuí e Santuário do Caaró). Nessa localidade não se utilizaram outras categorias porque se trata de espaço de ocupação passada dos *Mbyá*, registrando apenas vestígios e o local de sepultamento de uma criança Guarani.

A quarta localidade é a Terra Indígena Salto Grande do Jacuí, sumariamente considerada enquanto o Lugar (*Tekoá Porã*) onde residiu importante liderança *Mbyá* tradicional no século XX, aproveitando o ensejo de sua morte recente.

A quinta localidade é a Terra *Mbyá-Guarani* Lomba do Pinheiro, na qual foram identificados no Anexo 3 "Bens culturais" o Lugar *Tekoá Anhetenguá*, a Forma de Expressão *Ayvu* ("retórica dançada", que retrata a fala política que remete ao sagrado do *nhande rekó* Guarani em situações institucionais, captando a riqueza performática da dos *Mbyá-Guarani*). A escolha decorreu da importância desta comunidade na interação com os órgãos públicos e demais representantes da sociedade nacional, servindo esta aldeia como ponte de contato para promover a aceitação étnica dos *Mbyá* à execução do INRC.

Na sexta e última localidade, Terra Indígena Capivari, foi inventariada a Celebração *Nhemongaraí* (ritual de nomeação) e registradas no Anexo 3: bens culturais o Lugar *Tekoá Yryapu*, As Edificações *Oó* e *Opy*.

Somando todas as Localidades do Sítio, as cinco categorias foram identificadas, mas algumas delas apenas em uma localidade. No entanto, os resultados documentados em uma delas podem ser entendidos como válidos para as demais, dando atenção às especificidades ambientais que variam bastante entre a região das Missões, o Alto Jacuí,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Porto Alegre e o litoral atlântico.

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

4.1. LOCALIZAÇÃO Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo integra os <i>Mbyá-Guarani</i> enquanto coletividade junto aos remanescentes físicos da antiga <i>Reducción de San Miguel Arcanjel</i>. Ela sintetiza a relação entre jesuítas e índios Guarani do passado com a atual ocupação <i>Mbyá</i> no sítio reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A presença dos <i>Mbyá</i> no Museu das Missões provoca impacto no visitante, vendo neles apenas o “resto do Povo Guarani”. Comunidade <i>Mbyá</i> antecede o núcleo conceitual do “sítio”, tornado Patrimônio da Humanidade desde a perspectiva clássica de monumento. O conceito Comunidade <i>Mbyá</i> foi integrado para produzir ruptura no paradigma materialista de Patrimônio, dando visibilidade às motivações dos <i>Mbyá</i>. A Constituição Federal de 1988 estabelece o respeito ao patrimônio imaterial, sempre como estratégia ao reconhecimento dos grupos formadores da sociedade nacional, valorizando sua diferença cultural para reconhecer sua autodeterminação e o inventário de referências culturais deve ser instrumento para alcançar esse objetivo. Por isso, a idéia comunidade <i>Mbyá</i> produz contra-senso à perspectiva etnocêntrica que enaltece as Missões Jesuítica, introduzindo a variável étnica implicada nos níveis intangível e imaterial da cultura. O conceito Comunidade <i>Mbyá</i> desfaz a rigidez de marcos físicos para demarcar o Patrimônio Imaterial, porque produz um deslocamento em direção ao exterior do Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo, para considerar que os <i>Mbyá</i> nunca foram integrados de maneira participativa na sua gestão. A Comunidade <i>Mbyá</i> em São Miguel faz parte dessa rede étnica continental, sendo referência importante como assentamento aos <i>Mbyá</i> que almejam ir do interior do Continente em direção ao litoral ou vice-versa, posição estratégia de <i>Tape</i> (caminho) que interliga a <i>Yvy Mbyté</i> (Centro do Mundo, leste e sul do Paraguai) e a <i>Para Miri</i> (norte da Argentina) com a <i>Para Guaçu</i> (litoral atlântico). Assim, a Comunidade <i>Mbyá</i> em São Miguel faz parte de uma rota de circulação e compõe parte de uma ampla territorialidade étnica, que precisa ser salvaguardada enquanto patrimônio do Mercosul, porque ultrapassa as fronteiras dos países e porque coloca como centro de seu mundo geográfico o que se fez divisa internacional entre eles (os rios Paraná, Paraguai e Uruguai). Em termos objetivos, O INRC desdobra o sítio Comunidade <i>Mbyá</i> em São Miguel pelo registro de diversas Localidades afastadas, para enfatizar essa identidade <i>caminate</i> dos <i>Mbyá</i> que circulam pelo <i>Jeguatá Tape Porã</i>, pelo Belo Caminho de sua tradição, do qual São Miguel faz parte. No centro do sítio estão as Localidades da Cidade de São Miguel e a Reserva <i>Mbyá</i> do Inhacapedum, sendo inventariadas duas outras Localidades, ambas fazendo parte das referências geográficas dos <i>Mbyá</i> na região das Missões, mas atualmente abandonadas. O inventário do Caaró e o registro da Mata São Lourenço servem para resgatar essas referências culturais da territorialidade <i>Mbyá</i> na região. A Comunidade <i>Mbyá</i> em São Miguel está interligada às aldeias e acampamentos na <i>Província de Misiones</i>, na Argentina, servindo de caminho aos que transitam ao centro do Estado do Rio Grande do Sul, onde existem outras Terras Indígenas. A TI Salto Grande do Jacuí foi incluída no processo de inventário, pela importância de seu líder espiritual Juancito de Oliveira (recentemente falecido) na história de passagem pelo <i>Tape</i> no século XX vindos da Argentina. Sua história de vida é um patrimônio imaterial dos <i>Mbyá</i>. No extremo leste desse caminho tradicional chegamos ao registro inicial de mais duas comunidades <i>Mbyá</i> interligadas com São Miguel. Terra Indígena Lomba do Pinheiro (Porto Alegre) e Terra Indígena Capivari (Palmares do Sul) fazem parte da <i>Para Guaçu</i>, a planície costeira do Brasil. Ambas também foram inventariadas como Localidades vinculadas ao Sítio Comunidade <i>Mbyá-Guarani</i> em São Miguel Arcanjo.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Terra Indígena Lomba do Pinheiro é para onde se deslocam muitos *Mbyá* vindos de São Miguel, quando transitam por Porto Alegre, existindo relações de apoio político, parentesco entre ambas e visitas mútuas entre seus membros. A *Tekoá Anhetenguá* foi o Lugar inventariado, tendo por cacique José Cirilo reconhecido como o Cacique-Geral e defensor das tradições dos *Mbyá* no Estado, tendo por suporte a vontade manifesta pelos *Karaí* mais importantes. Terra Indígena Capivari foi comunidade contemplada na identificação do INRC enquanto parte do Sítio, apesar da grande distância em relação a São Miguel. Sua inclusão não se deve apenas ao fato de que o *Karaí* Solano, liderança espiritual na *Tekoá Koenju*, seja cunhado de Agostinho, *Karaí* na *Tekoá Yryapu*. Deve-se também a maior proximidade no diálogo estabelecido com José Cirilo, que aceitou a solicitação de oportunizar nossa presença ao longo do ritual de nomeação em Granja Vargas, abertura que não tivemos em São Miguel devido a conflitos internos condicionados por interferências de instituições não-indígenas na aldeia *Mbyá*. Apenas dessa forma pudemos realizar o trabalho de inventariação do *Nhemongaraí* enquanto parte do livro de Celebrações, ritual identificado como parte do Sítio Comunidade *Mbyá* em São Miguel.

Este alargamento geográfico linear do Sítio surgiu como proposta depois de um intenso diálogo com os interlocutores *Mbyá*, alguns deles localmente constrangidos pelas alianças e dependências criadas junto aos brancos que residem em São Miguel ou que lá estão freqüentemente. Enfatizando a ligação de São Miguel com a rede de comunidades *Mbyá*, o INRC pode ser aprofundado e enriquecido, tanto trazendo à tona a questão da proteção necessária aos últimos núcleos de mata, várzeas e campos nativos em toda a região por onde eles circulam, quanto levando a discussão sobre os direitos de acesso deles e estes mananciais, hoje tomados pela propriedade privada. Na amplitude geográfica do Sítio Comunidade *Mbyá* em São Miguel, foram registradas formas de aliança implícitas com proprietários de áreas circunvizinhas àquelas em que os *Mbyá* estão ocupando. Trata-se de fazendeiros benevolentes, que permitem o acesso dos *Mbyá* ao interior de suas terras, onde a eles é permitido colocar suas armadilhas de caça e de pesca, retirar frutas e mel nativos, recolher lenha e circular livremente. Tais exemplos precisam ser reconhecidos e é um dos propósitos deste Inventário promover a oficialização desse tipo de conduta privada, tornando-a merecedora de incentivos fiscais ou dispositivos administrativos similares, de maneira a estimular que outros fazendeiros façam o mesmo, nos casos de possuírem recursos que são do interesse do *nhande rekó* Guarani.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

A grande extensão geográfica do Sítio estabelece ligação entre diversas Localidades onde se distribuem as relações *Mbyá*, traduzida pela idéia de *tape*. A territorialidade livre é estratégia de uso disperso dos recursos naturais em seus momentos de maturação. A forma de exploração dos recursos necessários ao sustento reproduz a diversidade geológica, hídrica, botânica e zoológica presente no território do Rio Grande do Sul. A extração extensiva impede a decomposição ambiental, servindo ao contrário como estratégia de dispersão de espécies.

Pela definição adotada, o Sítio compreende ao menos quatro regiões fisiográficas: o Planalto Noroeste na margem esquerda do rio Uruguai; O Planalto Médio no Alto curso do rio Jacuí, a Depressão central e a Planície do litoral atlântico com suas Lagoas. Em cada um destes espaços, as condições de sustentação variam conforme as oscilações ambientais e segundo as estações do ano.

A região das Missões situa-se na região da porção final do Planalto Meridional Brasileiro, na zona conhecida como transição à Campanha Riograndense, recentemente chamada de Campos das Missões, próxima a formação de declínio do Planalto Riograndense contando com altitudes que variam de 300 m. a 100m. a.n.m ao aproximar-se do declive dos rios.

Seu relevo é composto por coxilhas levemente onduladas recortadas pelos diversos rios que dele defluem. A paisagem divide-se entre campos limpos e sujos e capões e matas ciliares situadas nas proximidades do leito dos diversos rios e afluentes que correm predominantemente de leste para oeste. Em relação aos campos, naturalmente predominam os chamados “campos de segunda” ou “campos frouxos”, compostos pelo capim-barba-de-bode (*Aristida, sp*), dividindo com o capim-limão (*Andropogon, sp*), sendo também freqüente as macegas de arbustos diversos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

A condição deste relevo é extremamente favorável às pastagens, desenvolvendo-se desde o séc. XVII uma intensa atividade agro-pastoril na região. A região de São Miguel pode ser chamada de zona limítrofe entre formações da Floresta Estacional Decidual (Floresta Tropical Caducifólia) e zonas de Estepe (Campos Gerais Planálticos). Assim, as zonas de vegetação mista de mata e campo, encontram na região das Missões sua mais importante referência.

O Planalto Médio é limitado ao Norte pela região do Alto Uruguai, ao Sul pela Depressão Central e Leste pela Encosta Superior ao Nordeste. As principais cidades são: Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Tupanciretã, Soledade, Tapera e Júlio de Castilhos. Sua área, segundo FORTES (1956), é de 31.252 km². A maior parte da região é ocupada pelo basalto, ocorrendo arenitos em maior extensão somente nos municípios de Júlio de Castilhos até Cruz Alta, onde os solos são bastante mais pobres. A região alcança 700 metros no Leste e 400 a 500 metros no Oeste, incluindo a bacia do Jacuí Superior, em cujo vale há altitudes até inferior a 200 metros. Predominam os campos, bem pobres na região de arenito, com matinhas de galeria. Ocorrem áreas de pinhais fechados ao Leste do Jacuí. Nas partes inclinadas dos vales ocorrem florestas latifoliadas. No Sul, onde há transição para Depressão Central são as florestas latifoliadas que ocupam a borda do planalto numa faixa que se alarga de Jaguari, passando por Mata, São Pedro do Sul, Santa Maria, até o vale do Jacuí.

A Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí abrange uma área de 14.130,26 km² e está localizada no Planalto Médio. Limita-se a norte e oeste com os divisores de águas da bacia do rio Uruguai e a leste com os divisores de água da bacia do rio Taquari/Antas. A bacia do Alto Jacuí é drenada por rios encravados em vales profundos (Jacuí, Jacuí Mirim, Jacuizinho, dos Caixões, Ivaí e Soturno), onde foram construídas diversas barragens hidrelétricas. O principal tipo fitogeográfico desta bacia é a floresta estacional decídua, ocorrendo também áreas de floresta ombrófila mista em seu limite geográfico de ocorrência natural.

A localidade Terra Indígena Lomba do Pinheiro fica na Depressão Central, que inclui uma faixa larga Leste-Oeste, na bacia do Jacuí e seus afluentes. Os principais municípios que a compõe são: Porto Alegre, Gravataí, Santa Maria, Guaíba, Taquari, Canoas, Cachoeira do Sul. Segundo FORTES (1956), sua área é de 31.778 km². O relevo é levemente ondulado. As altitudes são inferiores a 100 metros, exceto nos tabuleiros, cuja altitude máxima está entre 250 e 300 metros. O material de origem é bastante variado e relativamente pobre em nutrientes trocáveis. Ao longo dos rios são aluviões, na várzea ao Sul e Norte do Jacuí, arenitos. Nas áreas limítrofes entre a Serra geral e a Serra do Sudeste aparecem siltitos, arenitos e folhelhos.

Segundo RAMBO (1956), a vegetação desta região divide-se em: vegetação campestre, silvática e palustre. A vegetação campestre refere-se aos campos. A mata foi substituída pela agricultura e plantações de acácia e eucalipto. Na vegetação silvática distingue-se cinco formações: a galeria, os capões, o parque, as manchas de matas arbustivas e a mata virgem. A vegetação palustre é a que mais contribui para a fisionomia natural. Segundo FORTES (1956), a vegetação se diversifica em várias espécies. Na margem sul predomina as formações campestres e ao Norte do Jacuí são mais encontradas as espécies do tipo florestal. Climaticamente a região é, juntamente com a Campanha, a zona mais quente do Estado, com precipitações em torno de 1600 mm. Predominam os ventos de Leste; os ventos Norte, apesar de pouco frequentes e de curta duração.

A quarta região fisiográfica envolvida é a do litoral atlântico, especificamente a área da Península de Mostardas, compreendida desde o estuário da Lagoa dos Patos estendendo-se entre ela e o mar até Palmares do Sul.

Compreende a península que delimita a Laguna dos Patos na sua face leste, contra o Oceano Atlântico, até o balneário de Pinhal. Inclui os municípios de São José do Norte, Palmares do Sul, Mostardas, Capivari e parte de Viamão.

Enquanto unidade físico-ambiental, este compartimento se caracteriza pelo colar de lagoas rasas, não conectadas, e banhados. No meio do compartimento se localiza a Laguna do Peixe, extremamente rasa (média de 30cm), cuja superfície e salinidade variam em função do aporte de água do oceano ou das chuvas. Esta laguna, foi decretada sítio RAMSAR em maio de 1993 devido a sua alta produtividade que dá suporte a uma rica e abundante avifauna, entre estas migrantes das famílias Caradriidae e Scolopacidae. O Parque Nacional da Laguna do Peixe é um dos dois sítios RAMSAR brasileiros na zona costeira. Da mesma forma que o compartimento 1, esta região é intensamente utilizada para cultivo de arroz irrigado, que substituiu os ambientes naturais de campos alagados e banhados.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

4.3. MARCOS EDIFICADOS

1º) Parque Federal com Remanescentes físicos da redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo; Localização: Junto à Cidade de São Miguel das Missões; localizada a S 28° 32.876' de longitude e W 054° 33.335' de latitude, altitude de 301 a.n.m. Características: Remanescentes arquitetônicos, arqueológicos, paisagísticos e artísticos do povoado jesuítico de São Miguel Arcanjo, Parte deles resguardados como parque federal. As ruínas da igreja (Sacristia Coberta) e dos prédios próximos (cemitério, cotiguaçu, colégio e oficinas) são principais atrativos para visitantes. Em 1983 o sítio foi declarado Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO. Há dentro do sítio também uma Casa de Passagem utilizada pelos Mbyá quando pernoitam na cidade. Todas as noites há a execução dentro do sítio do espetáculo Som & Luz contando um pouco da história do povo Guarani que viveu na redução de São Miguel no período jesuítico.

2º) Museu das Missões, projetado por Lúcio Costa; Localização: Dentro do Parque acima referido; Características: prédio construído sobre as fundações de casa dos índios junto da antiga praça do povoado, recuperando a forma e o volume da habitação missioneira. Ele é destinado à exposição de arte sacra, onde os Mbyá expõe seu artesanato à venda. São muito numerosos todos os marcos edificados para serem abordados neste inventário, considerando a extensão das localidades do sítio. Foram selecionados apenas os mais importantes para cada localidade, a começar pela cidade de São Miguel:

3º) Fonte Missioneira; Localização: Município de São Miguel das Missões; longitude S 28° 33.261' e latitude W 054° 33.207', altitude de 278 metros a.n.m., aproximadamente a 744.7 metros de distância ao sul das Ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo; Características: Estrutura feita em pedra de arenito que canaliza vertente d'água, constituída numa sequencia de três tanques. A face frontal de um destes tanques é decorada com esculturas representando anjos com bocas abertas por onde verte a água. Um pouco distante, há outro tanque revestido de pedra feito no tempo dos jesuítas, mas ainda não restaurado. Depois de descoberta, a fonte foi restaurada na década de 1990. Sua importância reside no fato de que junto dela se fez o re-surgimento de uma aldeia permanente dos Mbyá-Guarani no município de São Miguel das Missões, assim como o primeiro local em que se construiu uma casa tradicional Mbyá na região.

4º) Ponte na BR-285 sobre rio Urucúá: Localização: em trecho da Rodovia Federal BR-285, quilômetro 540, coordenadas 28°24'07"S e 54°41'15". Características: Ponte de concreto armado sobre o curso do arroio Urucúá, em local que serviu como acampamento Mbyá até a década de 1990 às margens do referido arroio, dentro da área de domínio da estrada e vendendo artesanato no seu acostamento.

5º) Santuário do Caaró: Localização: Município de Caibaté a 2 quilômetros da BR 285, sob as coordenadas . Características: Santuário em homenagem aos Três Mártires do Caaró: Roque González, João del Castillo e Afonso Rodriguez. Abriga a Igreja do Caaró construída em 1936 e reformada em 1992 por ocasião da edificação do Santuário no suposto local de martírio dos padres jesuítas, onde há um monumento em arenito. Antiga área de ocupação Guarani que viviam as margens dos rios da região e de suas matas e campos extraíam recursos naturais para o sustento.

6º) Complexo hidrelétrico do Alto Jacuí: Localização: Conjunto de quatro usinas hidrelétricas construídas no curso do rio Jacuí, atingindo o Município de Salto do Jacuí e outros circundantes. 29°03'45"S e 53°11'15" é ponto central arbitrário do polígono que constitui o complexo hidrelétrico; Características: Represamentos hidrelétricos sequenciados no rio Jacuí, dispersando unidades de geração interligadas através de linhas de transmissão de alta tensão. Compensações ambientais levaram à proteção permanente de grande área de mata nas encostas íngremes do rio, da qual se beneficiam os Mbyá junto ao Saltinho do mesmo rio. Uma delas (UHE Maia Filho), fica próxima à aldeia dos Mbyá e é necessário passar ao lado de uma linha de transmissão para se chegar à aldeia.

7º) Cidade de Porto Alegre: Localização: cidade de Porto Alegre, sede de município assentado na margem esquerda do estuário do jacuí e lago Guaíba, tendo por ponto central arbitrário as coordenadas 30°02'30"S e 51°12'40"W. Características: Implantação de malha urbana tendo por centro histórico o cais do porto e ruas adjacentes, composta por milhares de construções reconhecidas como Patrimônio pelo poder público. A cidade serve de base para a presença dos Mbyá desde a segunda metade do século XX, por sua importância enquanto centro administrativo, obtenção de apoio institucional e venda do artesanato. Hoje, os Mbyá estão distribuídos na Lomba do Pinheiro, em Cantagalo, na Estiva (Viamão), no Lami e em Itapuã. No centro da cidade eles vendem artesanato, participam de audiências públicas referentes aos seus direitos na sede de diferentes Instituições (Ministério Público, hospitais, FUNASA, Conselho Estadual dos Povos Indígenas, EMATER, etc.), Os Mbyá que vivem em São Miguel têm Porto Alegre como referência no trânsito ao litoral atlântico em direção a Santa Catarina.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

8 °) Canais de drenagem entre lagoas da porteira e da lavagem e Casa de máquina e canal de irrigação em Granja Vargas: Localização: No distrito de Granja Vargas, Município de Palmares do Sul, tendo por coordenadas 30°20'00"S e 50°21'30"W. Características: Sistema de drenagem para irrigação de lavouras de Arroz em Granja Vargas, composto por canais de ligação entre a Lagoa da Porteira e a Lagoa da Lavagem e, na margem oposta da Lagoa da Lavagem, existência de Prédio de casa de máquinas para impulsão de água para canal de irrigação que cruza o povoado de Granja Vargas. Estes marcos edificados interferem diretamente na vida dos *Mbyá da Tekoá Yryapu*, principalmente na interferência sonora constante do funcionamento das máquinas escutada na aldeia

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

5.1 RESUMO

Por sua grande amplitude geográfica, a história do Sítio Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo se confunde com a história da região do Rio da Prata. A ocupação humana da região das Missões recua a quase dez mil anos, quando os primeiros grupos de caçadores e coletores pampeanos circulavam reproduzindo seu modo de vida itinerante, produzindo pontas-de-projétil e bolas de boleadeiras recuperados pela arqueologia. Com a ampliação das florestas no Período Holoceno Médio, surgiram grupos de caçadores de florestas, produtores de grandes instrumentos lascados em pedra.

No final do primeiro milênio antes de Cristo, surgem transformações culturais resultantes do cultivo de vegetais e da indústria cerâmica, algumas delas adaptadas pelos grupos de caçadores e coletores locais. Para a época um pouco depois de Cristo, os arqueólogos encontraram vestígios da chegada da cerâmica Tupiguarani adentrando pelo Alto Uruguai em direção ao Alto Jacuí e daí em direção à Depressão Central do Estado. Tratam-se de vestígios da chegada da Tradição Policrômica Amazônica na Banda Oriental do rio Uruguai, o que pode ser traduzido em termos histórico pela chegada dos ancestrais dos grupos Guarani. No planalto, os grupos de fala Jê (Kaingang e Xokleng hoje) também sofreram tal transformação, associada à prática de construir estruturas subterrâneas para abrigo, armazenagem e moradia.

Assim, quando os europeus chegaram para colonizar, a região era ocupada por grupos de diferentes línguas e culturas, ficando os Guarani nas várzeas férteis de rios, nas encostas do planalto de baixa altitude e na orla de lagoas e do litoral, enquanto os grupos de origem pampeana (Charruas, Minuanos, Yarós, Guenoas, Boanes etc.) ocupavam os campos do sul e os grupos Jê o planalto com pinheiro de araucária. A chegada dos colonizadores brancos interferiu diretamente nessa distribuição cultural, favorecendo os Guarani por sua maior aproximação com ação dos missionários jesuítas.

Em termos históricos, São Miguel remete à antiga *Reducción* criada inicialmente pelos jesuítas espanhóis na bacia do Rio Ibicuí, afluente da Banda Oriental do Rio Uruguai, no que hoje é a Depressão Central do Rio Grande do Sul. Com a expansão Bandeirante dos portugueses paulistas na busca de índios Guarani no sul para servirem de mão-de-obra escrava, o local do povoado, criado como "redução" dos Guarani à vida em núcleo urbano, foi abandonado e sua população migrou para a mesopotâmia Uruguai-Paraná (Província de *Misiones*, na Argentina). Terminado o ciclo de escravidão Bandeirante para o sul, os antigos índios miguelinos puderam re-fundar seu povoado na Banda Oriental em 1687, no local onde hoje existem os remanescentes arquitetônicos e arqueológicos reconhecidos como Patrimônio da Humanidade e em torno dos quais cresce hoje a cidade de São Miguel das Missões.

A complexidade na definição do sítio de São Miguel Arcanjo apenas inicia por esta itinerância populacional exigida ao longo da história missionária, intensificada pelo próprio padrão social, econômico e cultural vigente entre os Sete Povos das Missões dos quais São Miguel fazia parte. Nesse sentido, o sistema jesuítico impôs uma interdependência na produção econômica complementar dos povoados, investindo na especialização produtiva de cada um deles e na troca mútua para a satisfação de suas necessidades. Da mesma forma, este sistema expandiu o modo de vida Guarani na produção pecuária e na exploração da Erva-Mate por praticamente todo o território que corresponde atualmente ao Estado do Rio Grande do Sul. Assim, os Guarani miguelinos transitaram por todo este vasto território, o que ocorria mais intensamente no entorno do antigo povoado, que tinha sua vida sustentada por uma série de estruturas rurais periféricas como currais, barreiros, pomares nativos, pedreiras, portos, capelas, olarias, fontes de água etc

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

São Miguel Arcanjo remonta à origem histórica do sítio, quando os Guarani missioneiros, cristianizados, existiam em paralelo aos grupos familiares guarani arredios, habitantes das matas, que se mantiveram à margem do contato direto com os missionários da Companhia de Jesus. Com a decadência dos Sete Povos, a população Guarani missioneira residual (sobrevivente às Guerras Guaraníticas entre 1754-6) dispersou-se ocupando as áreas de mata nativa posicionadas nos fundos das fazendas, criadas nas áreas de campo pela ocupação de militares paulistas e curitibanos, principalmente após a Conquista das Missões para o Império Colonial Português em 1801. Grande parte desta população tornou-se agregada ao latifúndio enquanto mão-de-obra servil nas lidas do gado e na lavoura. As mulheres Guarani foram usadas na satisfação sexual dos colonizadores, produzindo miscigenação que caracteriza a origem da população brasileira na antiga região das Missões. Por outro lado, uma pequena parte dos Guarani missioneiros retornaram ao sistema de vida na mata, afastados da ocupação portuguesa e com condições de recuperarem seu *nhande rekó* (modo tradicional de ser Guarani).

A grande diversidade de situações históricas vivenciadas pelos Guarani, com o processo de construção da sociedade brasileira no sul do país, permite definir a existência de um amplo “horizonte cultural Guarani”, composto por situações que vão desde o desaparecimento de traços culturais diacríticos com sua suposta diluição étnica no contexto regional, passando por casos etnográficos de “invisibilidade étnica” de grupos familiares de forte ascendência Guarani, até os casos de radical resistência étnica como exemplifica o perfil cultural dos *Mbyá-Guarani*. O sítio de São Miguel Arcanjo é um exemplo típico desta diversidade de situações histórico-culturais dos Guarani, conforme as pesquisas etnográficas permitem concluir. Esta é a principal razão que explica sua incorporação enquanto sítio inventariado nesta aplicação-piloto do INRC.

A presença *Mbyá-Guarani* em São Miguel suscita, assim, um paradoxo entre o passado missioneiro e o presente da sociedade regional, concebida no senso comum como herança Guarani. Ao mesmo tempo em que diversos setores da sociedade brasileira incentivam esse “atavismo Guarani” como sua origem e o Governo Federal o reconhece enquanto Referência Cultural brasileira, a marginalização dos *Mbyá* nesta sociedade convive com sua motivação étnica em participar do INRC e utilizar-se da ampla respeitabilidade deste atavismo para fazer reconhecer sua autodeterminação e superar sua condição marginal e em ter plenamente atendidos seus direitos diferenciados.

Este paradoxo, difundido no censo comum, também tem fundamentação na literatura científica que tematiza os *Mbyá* e sua história, o que tem reforçado a idéia, não plenamente correta, de que sua existência em São Miguel recua à “chegada” de alguns grupos familiares *Mbyá* na cidade há menos de duas décadas. Muitos os consideram como estrangeiros paraguaios ou argentinos. A redenção deste paradoxo só é possível quando se tem por referência a territorialidade *Mbyá* e sua completa e complexa ligação com a antiga amplitude da vida dos Guarani originais fundados de São Miguel.

Comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel Arcanjo tem complexidade histórica e antropológica, oportunidade singular à valorização das Referências Culturais que perfazem esse “Horizonte Guarani” que os *Mbyá* estimulam, manifestação típica e recorrente na região das Missões, designação que tem servido como logomarca amplamente utilizada no noroeste do Rio Grande do Sul, onde é freqüente a valorização do “sangue guarani”.

5.2 CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
6.690±95 a.C.	Datação radiocarbônica de fogueiras de antigos acampamentos indicam a ocupação de caçadores e coletores nas barrancas do rio Uruguai
A.D. 1.275 ± 50	Fase Caaguaçu da Tradição Humaitá (produtores de chopping-tools e bifaces líticos) correspondente a caçadores e coletores sem ponta de projétil no Alto Uruguai, no vale do rio Ijuí e Alto Jacuí.
500 a.C.	Fase Amandu de Tradição Umbu (produtores de pontas de projétil lascadas) correspondente a caçadores de paisagens abertas no Alto Uruguai.
A.D. 140 ± 95	Fase Guatambu da Tradição Taquara, início do desenvolvimento da produção cerâmica por grupos autóctones do Planalto Meridional brasileiro, construtores de casas subterrâneas.
200 d.C.	Aparecimento da Subtradição Pintada da Tradição Cerâmica Guarani no Alto Uruguai, espalhando-se do rio Ijuí em direção ao Alto Jacuí, centro do Estado do RS; isso indica a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

	chegada dos primeiros Guaranis em expansão desde os rio Paraná e Paraguai, onde as datações da cerâmica Guarani são mais antigas.
1.609 d.C.	Jesuítas portugueses reduzem índios Guarani descendo pelo litoral desde Laguna (SC) atingindo a borda da antiga Província de Ibiçá, posteriormente arrebanhados como mão-de-obra escrava por bandeirantes paulistas. Jesuítas espanhóis introduzem gado no Paraguai.
1626-1634 d.C.	Jesuítas espanhóis passam para a margem esquerda do rio Uruguai, onde fundam 18 Reducciones com índios Guarani na Província do Uruguai e na do Tape.
1636 d.C.	Início do ciclo bandeirante na região do Tape (Depressão Central do RS; vales dos rios Ibicuí e Jacuí), traficando índios como escravos para as lavouras do litoral brasileiro. Gado é deixado livre ao sul do Rio Jacuí, se reproduzindo selvagem e formando a Vacaria do Mar.
1638-1640 d.C.	Derrotas de Caaçapaguá e de Mbororé finalizam o Ciclo do Bandeirismo no Tape.
1682-1706 d.C.	Fundação dos Sete Povos das Missões, com ocupação das Vacarias e dos ervais da região onde se criou o Rio Grande do Sul.
1680 d.C.	Fundação da Colônia do Sacramento na margem esquerda do Rio da Prata. Quatro anos depois é fundado o povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (SC), para estabelecer a rota terrestre litorânea dos portugueses que tropeavam gado xucro trazidos da Vacaria do Mar. O tropeirismo provocou a fuga dos grupos guarani sobreviventes ao escravismo bandeirante para o interior, já que os portugueses se aliaram aos índios Minuanos.
1725 d..	Estabelecimento da frota de João de Magalhães vinda de Laguna, para criar a primeira sesmaria em Tramandaí, nos campos de Viamão.
1732 d.C.	O tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu cria rota mais interior, unindo Tramandaí a Santo Antônio da Patrulha e a São Francisco de Paula no planalto.
1736 d.C.	Fundação do povoado de Rio Grande, na desembocadura da Lagoa dos Patos.
1750 d.C.	Tratado de Madri, exigindo a migração dos Guarani para o outro lado do rio Uruguai.
1753-1756 d.C.	Guerras Guaraníticas, culminando com a morte de Sepé Tiaraju e o extermínio de quase mil e quinhentos guerreiros Guarani na batalha de Caiboaté.
1767 d.C.	Expulsão dos jesuítas dos territórios americanos e deslocamento de índios Guarani missioneiros para Cachoeira do Sul, Rio Pardo (São Nicolau) e Gravataí (Aldeia dos Anjos)
1776 d.C.	Fundação da cidade de Porto alegre, tornada sede municipal em 1808.
1801 d.C.	Conquista portuguesa das Missões da Banda Oriental. Realiza-se o “grande confisco” das terras e do patrimônio dos Guarani das Missões.
1828 d.C.	Invasão de Frutuoso Rivera na Banda Oriental, pilhando as Missões, arrebanhando gado e levando consigo centenas de Guaranis em retorno ao território Uruguio
1828-1850 d.C.	Período compreendido pela historiografia como tendo ocorrido o desaparecimento e a extinção dos Guarani no Rio Grande do Sul.
1911 d.C.	O Governo do Estado inicia o processo de reconhecimento das Terras Indígenas, demarcando áreas para o interior das quais são encaminhados os grupos Guarani que vivem dispersos no território.
1930 d.C.	Os Mbyá-Guarani iniciaram seu processo de penetração no território brasileiro, ocupando áreas dos antigos Guarani na região noroeste do Estado (próximo a Santa Rosa, região de Criciúma).
1945 d.C.	Grupo Mbyá-Guarani de Carlito Poku fundaram aldeia na Mata São Lourenço
1950 d.C.	Grupo Mbyá-Guarani ocupa a região do Alto Jacuí
1960 d.C.	Os Mbyá-Guarani chegaram ao litoral, iniciando seu processo de expansão pela planície costeira do sul do Brasil.
1970-1980 d.C.	Grupos Mbyá-Guarani circulam pela cidade de Porto Alegre, passando a acampar em área da

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

	Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) na Lomba do Pinheiro. Os Mbyá passaram a freqüentar a cidade de São Miguel, explorando a venda do artesanato para visitantes.
1980-1990 d.C.	Desenvolve-se o processo de reconhecimento oficial de terras ao Mbyá-Guarani no Estado do Rio Grande do Sul. Efetiva-se o reconhecimento de São Miguel enquanto Patrimônio da Humanidade.
1996 d.C.	Os Mbyá-Guarani recriam uma aldeia permanente na cidade de São Miguel, no Parque da Fonte Jesuítica. A eles foi aberto acesso também para venda de seu artesanato no interior do Parque Arqueológico
2001 d.C.	Criação da Reserva Indígena do Inhacapedum.
2003 d.C.	Os Mbyá são atendidos por projetos de implementação de políticas diferenciadas, como RS Rural pela EMATER e realização da I Reunião dos Karaí, em projeto subsidiado pela FUNASA.
2004 d.C.	Mbyá-Guarani conquistam direito de construir casa de passagem dentro da área protegida como Parque Arqueológico de São Miguel, em consequência do debate suscitado pela execução do INRC.
2005-2006 d.C.	Mbyá-Guarani são envolvidos no processo comemoração dos 250 anos de morte de Sepé Tiaraju, participando de manifestações realizadas em São Miguel e também junto às Ruínas do Parque Arqueológico.
Março 2006	Falece o líder espiritual Juancito Oliveira na Terra Indígena Salto Grande do Jacuí

6 PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

6.1 POPULAÇÃO
Considerando a grande extensão do Sítio, é preciso avaliar uma série de fatores que dificultam obter dados censitários precisos para medir estatisticamente as tendências populacionais, naquilo que repercute sobre a comunidade <i>Mbyá</i> em São Miguel. Inicialmente, o Sítio, conforme a presente definição, envolve quatro diferentes microrregiões do Estado, cada uma delas marcadas por tendências populacionais específicas. Em segundo, é difícil fazer uma avaliação precisa dos números apresentados nos censos, considerando o desmembramento de novos municípios como ocorreu com São Miguel em 1988, o que impede uma maior profundidade dos dados. Em terceiro e mais grave, a inexistência de índices mais antigos sobre as taxas populacionais dos <i>Mbyá</i> em relação ao resto da população. O critério “domicílio” impediu que os censos atingissem os acampamentos e aldeias <i>Mbyá</i> em deslocamento constante, além de serem considerados no senso comum como índios estrangeiros (portanto, sem necessidade de serem contabilizados). Segundo a antropóloga e demógrafa Marta Azevedo (Instituto Sócio-Ambiental), estudar as sociedades indígenas do ponto de vista demográfico envolve dificuldades de duas origens distintas. De um lado, a falta de dados confiáveis: na maioria dos casos, consegue-se uma cifra de população total por uma determinada área geográfica, sem caracterização por sexo, idade, número de mortes por idade e número de filhos nascidos vivos por idade da mãe, para citar as principais variáveis demográficas. Por outro lado, a metodologia da análise demográfica disponível é adequada para populações de grande porte, o que não é o caso da maior parte dos povos indígenas residentes no Brasil de hoje. A questão gerada pelo segundo caso pode ser contornada com um acúmulo de dados históricos ou com processos de correção e adequação estatística que ainda não foram muito testados ou usados para o caso brasileiro. A inexistência de fontes de dados confiáveis para as populações indígenas não é um problema isolado do Brasil. Na publicação <i>Estudios Sociodemograficos de Pueblos Indígenas</i> - conclusões do seminário realizado no Chile em 1993 -, algumas constatações foram feitas comparando-se estudos sobre as populações autóctones de diferentes países latino-americanos. Existe pouca ou nenhuma possibilidade de comparação entre os diferentes censos demográficos nacionais, devido a disparidade de critérios na definição da categoria “índio”. Apesar disso, alguns avanços

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

metodológicos nos censos específicos indígenas, como é o caso do censo da Colômbia de 1993, e algumas análises que usam como referência os censos demográficos e outros tipos de registros, como cálculos de fecundidade baseados no método do filho tido no ano anterior ao censo, são instrumentos úteis para o cálculo de informações específicas sobre populações indígenas e suas preocupações, assim como nos induzem a realizar futuras investigações, como por exemplo a investigação sobre os povos autóctones do Canadá. As características demográficas das populações indígenas brasileiras nunca foram alvo de interesse específico dos censos demográficos (mesmo nos casos das PNADs - pesquisas nacionais por amostra de domicílios, também feitas pelo IBGE - , que não pesquisaram os povos indígenas, talvez porque esses não fossem considerados como mão-de-obra possível, ou relevantes economicamente para o país). Embora não tenham sido pesquisados enquanto etnias diferenciadas (existem hoje cerca de 200 povos falando línguas diferentes, no Brasil), o quesito “cor da pele” delimita de maneira precária a existência de índios.

O censo de 1991 foi o primeiro a colocar a variável indígena como item específico no questionário da amostra relativo ao quesito “cor”. É, portanto, nesse quesito que os índios vão estar enquanto população diferenciada. Desde os primeiros censos brasileiros, onde os índios eram contados como pardos, havia sempre a ressalva (que se manteve no censo de 91) de que só seriam recenseados “os índios que habitam postos da FUNAI ou missões religiosas”, sendo que os “aborígenes que vivem em tribos arredias ao contato” não foram nunca recenseadas. Esse tipo de classificação de indianidade, que toma como critério o tempo de contato com a sociedade não-índia, não existe mais nem em outros países, nem no Brasil (desde a Constituição de 1988). Pela última Constituição, todos os povos indígenas brasileiros são cidadãos, e portanto recenseáveis. No México, pesquisam-se esses povos autóctones nos censos através do quesito “língua falada” (não estrangeira), prevalecendo assim um critério lingüístico e não racial e nem de cor da pele.

Com o objetivo de conhecer melhor as características sócio-demográficas dos imigrantes (alemães, italianos e japoneses) que aqui chegavam, o censo de 1940 pesquisou também a informação sobre línguas faladas da população. Os resultados desse censo permitem verificar a incidência de línguas nativas faladas por uma população bastante significativa, principalmente nos estados do norte, apesar de não terem sido recenseados os índios sem contato ou com pouco contato com as frentes de colonização. Porém, análises desse censo sobre esse fato não foram até o momento desenvolvidas, pois o interesse eram as outras línguas “estrangeiras” faladas e não as línguas nativas. A partir desse censo, pode-se cruzar a informação “cor da pele - parda” com o quesito “língua falada”, tendo-se distinguido a língua guarani e outras línguas indígenas para pessoas de 5 anos e mais. Obteve-se, para o Brasil todo, uma população de 46.208 pessoas que falavam guarani ou outra língua aborígene; não existem dados por município. É possível, a partir disso, fazer inferências, comparando-se com outros levantamentos específicos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e, posteriormente, FUNAI. Em 1960 e 80, o censo levanta apenas o quesito “cor”, sendo que os índios foram incluídos em “pardos”; em 1970, o quesito “cor da pele” não constou da pesquisa.

Outras fontes de dados sobre a população indígena são geradas por instituições como a Fundação Nacional de Saúde, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) da Secretaria do Trabalho do Estado, a Funai, o Instituto Socioambiental (ISA) etc., cada uma delas com uma metodologia e objetivos diferentes. A estimativa de cada grupo indígena depende do uso de diferentes fontes de dados, gerando recenseamentos ou análises demográficas destoantes, o que se torna “um verdadeiro quebra-cabeça” para quem os quer processar.

Outro aspecto agravante para o caso dos *Mbyá-Guarani* é o fato de não se deixarem recensear facilmente, como prática de resistência à dominação estabelecida pelas agências indigenistas. Dados demográficos mais sistemáticos para os *Mbyá* existe no Paraguai, como se pode observar pelo seguinte texto extraído do site do Museu Barbero: “El censo de 1981 arrojaba la suma de 5.500 personas; en el censo de 1992 se registraban 4.744 personas; sin embargo, los datos proveídos por el Foro de Entidades Privadas Indigenistas (FEPI) proporcionaban, en 1995, la cantidad de 10.990 **Mbya**. Estos datos tan contradictorios y diferentes se explican a partir de las dificultades geográficas para llegar a los distintos grupos, y a la reticencia de los **Mbya** para ser censados. En el año 2000 consideramos razonable estimar la población de la etnia en 12.100 personas”. Nesse número estão considerados os *Mbyá* das encostas selváticas da *Sierra de Mbaracaju* e da região circundante a Corpus, afora os que vivem em Misiones (Argentina) e no Brasil.

Para o caso do Brasil, seria de esperar que a Fundação Nacional do Índio disponibilizasse dados sobre os *Mbyá*, mas suas estimativas contemplam apenas os índios ocupantes das áreas oficialmente reconhecidas pela União como Terra Indígena, excluindo historicamente a consideração dos acampamentos e assentamentos *Mbyá* nas beiras de estradas e em cidades, justificando tal desconsideração por serem eles “nômades” a ocuparem espaços ilegítimos. No Rio

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

Grande do Sul, as estimativas do CEPI (Conselho Estadual dos Povos Indígenas) colocam a existência de mais ou menos dois mil *Mbyá* no estado, cifra levantada durante as últimas campanhas do Programa Fome Zero no Estado que distribuiu cestas-básicas para eles. Afora o dado de total de indivíduos, não há qualquer outra cifra populacional, detalhando números relativos de sexo, faixas etárias ou de fertilidade.

Por isso, é necessário considerar as tendências populacionais gerais para o Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar suas conseqüências sobre os *Mbyá* em cada uma das Localidades identificadas. Os 281.748,538 km² que constituem o território do Rio Grande do Sul eram divididos em 232 municípios em 1968, hoje (2005) transformados em 496. A diferença nesse número é o resultado da política de incentivo às emancipações, ocorridas mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980. Essa descentralização administrativa foi acompanhada de um expressivo crescimento populacional. O Rio Grande do Sul conta atualmente com mais de 10 milhões de habitantes. Em 1900, o Estado possuía 1.149.070 habitantes passando para 10.187.798 em 2000. O ritmo de crescimento da população do Rio Grande do Sul no início do século foi muito intenso (3,26% ao ano), levando aproximadamente 20 anos para dobrar o volume populacional. Já nos últimos vinte anos a população do Estado aumentou em apenas 30%. A população do Estado tem crescido a taxas decrescentes a partir da década de 50, quando apresentava uma taxa de 2,57% ao ano, sendo que na última década cresceu apenas 1,21% (Tabela 1).

TABELA1

POPULAÇÃO TOTAL E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E DO BRASIL—1900 – 2000.

POPULAÇÃO TOTAL TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)**ANOS**

	RS	BRASIL	RS	BR
1900	1.149.070	17.438.434	2,50	1,98
1920	2.182.713	30.635.605	3,26	2,86
1940	3.320.689	41.236.315	2,12	1,50
1950	4.164.821	51.944.397	2,29	2,34
1960	5.366.720	70.992.343	2,57	3,17
1970	6.664.891	94.508.583	2,19	2,90
1980	7.773.837	121.150.573	1,55	2,51
1991	9.138.670	146.917.459	1,48	1,77
2000	10.187.798	169.799.170	1,21	1,62

FONTE: UM SÉCULO DE POPULAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.

IBGE (2001) WWW.IBGE.GOV.BR

CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000.

DIDATICAMENTE, O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO É DESCRITO PELA *EQUAÇÃO DEMOGRÁFICA BÁSICA*: **$P_t = P_0 + N - O + I - E$** , ONDE: **$P_t$** - É A POPULAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ANO **t** , **P_0** - É A POPULAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ANO **0** , **N** - É O NÚMERO DE NASCIMENTOS OCORRIDOS ENTRE O ANO **0** E **t** , **O** - É O NÚMERO DE ÓBITOS OCORRIDOS ENTRE O ANO **0** E **t** , **I** - É O NÚMERO DE PESSOAS QUE IMIGRARAM PARA A REGIÃO ENTRE O ANO **0** E **t** E **E** - É O NÚMERO DE PESSOAS QUE EMIGRARAM DA REGIÃO ENTRE O ANO **0** E **t** .

As explicações para o elevado aumento populacional do início do século são o grande volume de imigrantes e a alta fecundidade das mulheres gaúchas deste período. Já o outro componente que determina o crescimento populacional, a mortalidade, tem efeito negativo no crescimento da população, portanto, se no início do século as taxas de mortalidade da população fossem menores, o Estado apresentaria crescimento ainda mais elevado. Quando comparamos o comportamento do crescimento da população gaúcha com a do Brasil, como um todo, verificamos que são parecidas, as diferenças estão no ritmo de crescimento. De fato, até 1940, devida principalmente a maior proporção de imigração estrangeira do Estado, as taxas de crescimento da população do Rio Grande do Sul eram maiores do que as do Brasil como um todo. Nos anos posteriores a 60, em função da menor fecundidade das mulheres gaúchas e da migração de gaúcho, principalmente para outros estados, as taxas de crescimento populacional do Estado são menores do que a média brasileira. É neste período que se inicia no Brasil o processo de queda acentuada da fecundidade e de expansão da fronteira agrícola. Embora, nas últimas décadas as taxas de crescimento do Rio Grande do Sul ainda sejam menores da que as do Brasil, as diferenças são menos significativas do que as verificadas

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

até 1980, contribuíram para esta tendência, por um lado, a generalização da queda da fecundidade, já que no início da transição, era restrita as regiões Sul e Sudeste, por outro, a diminuição da emigração de gaúchos para outros estados.

A Evolução da Expectativa de Vida

No início do século, um gaúcho recém-nascido esperaria viver em média 43,9 anos. Em 2000, a expectativa de vida da população do Rio Grande do Sul é de 71,6 anos, ou seja, os gaúchos de hoje vivem em média 27,7 anos a mais do que os do início do século. O ganho em número de anos vivido pela população do Rio Grande do Sul foi acentuado até a década de 50. Entre 1950 e 1970 há uma redução no ritmo de crescimento deste indicador, voltando a crescer em ritmo mais acelerado entre 1970 e 1990. Os gaúchos, em 1900, viviam, em médias, 12 anos mais do que a média dos brasileiros. Até a década de 30, o ritmo de crescimento da expectativa de vida da população brasileira foi mais acentuado do que a do Rio Grande do Sul. Entre 1930 e 1950, o ritmo de crescimento da expectativa de vida da população do Brasil é menor do que a do Rio Grande do Sul. 3 Explicações para os atuais baixos níveis de fecundidade estão relacionadas, entre outros fatores, com: maior participação feminina no mercado de trabalho, aumento das aspirações sociais e econômicas, crescente controle da natalidade (principalmente esterilização) e aumento do nível educacional. O Rio Grande do Sul apresenta um dos maiores níveis de expectativa de vida ao nascer do Brasil. A expectativa de vida ao nascer é um dos principais indicadores da qualidade de vida de uma população, já que esta estatística é o resultado das condições médico-sanitárias da população. De fato, foi no século passado que os avanços na medicina foram mais significativos. Além dos grandes progressos na medicina, contribuíram para a maior expectativa de vida da população o aumento das condições de saneamento básico, a disseminação da prevenção de doenças, o maior controle de doenças transmissíveis, a maior cobertura da imunização e, de uma maneira geral, a disseminação do acesso aos serviços de saúde. Estes avanços nas condições médicas e sanitárias associado à melhoria dos níveis educacionais da população foram preponderantes para o aumento da expectativa de vida da população ao nascer já que aumentou a chance de vida em todas as fases de vida. Assim, o controle das doenças infecciosas e parasitárias contribuiu para a redução da mortalidade infantil, a redução da mortalidade materna e das guerras diminuiu a mortalidade de jovens adultos e o controle das doenças aumentou a chance dos idosos viverem mais anos.

A proporção de naturais do Rio Grande do Sul residindo fora do Estado - taxa de emigração - que em 1940 era de 4% cresce até a década de 70 e, após esse período, permanece em aproximadamente 10%. Ao contrário da taxa de emigração líquida, a proporção de imigrantes da população do Rio Grande do Sul apresenta decréscimos entre 1940 e 1970. Já a taxa de imigração interna, é sempre crescente. O comportamento destas taxas é reflexo da perda de participação da população estrangeira no Estado e ao aumento dos fluxos interestaduais. De fato, em 1940, 72% da população não natural do Rio Grande do Sul era de estrangeiros, já em 1991 esta proporção é de 13%. Desde a década de 70 a proporção de catarinenses residindo no Rio Grande do Sul é maior do que a de estrangeiros. Os dados de 1991 revelaram ainda que o volume de imigrantes estrangeiros ocupa a terceira posição, abaixo de Santa Catarina e Paraná. Devido à migração de curta distância e a migração de retorno os estados de Santa Catarina e Paraná são os que apresentam os maiores volumes tanto de emigração quanto de imigração. Enquanto que no início do século o contingente de estrangeiros na população do Estado era significativo, ao longo do tempo, assume maior importância os fluxos de migração interna, tanto pelo aumento do percentual de gaúchos morando em outros estados como pela presença cada vez maior da população de naturais de outros estados residindo no Rio Grande do Sul. A migração de retorno influencia a emigração porque parte dos imigrantes, ao voltar, traz família formada por naturais do Estado para onde migraram.

A análise da estrutura etária por sexo, representada graficamente pelas pirâmides, sintetiza ao longo do tempo as componentes da dinâmica demográfica: mortalidade, fecundidade e migração. Ao longo deste século há um acentuado estreitamento da sua base, significando um decréscimo do número de nascimentos no decorrer do período considerado. Portanto, a sua forma está se modificando, perdendo a base larga, assumindo a forma de uma pêra, ou seja, um maior contingente populacional nas idades intermediárias em consequência das altas taxas de fecundidade do passado e da redução da mortalidade. A estrutura da população do Rio Grande do Sul, por grandes grupos etários no período 1900-2000 revela um decréscimo acentuado na participação relativa da população com menos de 19 anos, passando de 59,02% em 1900 para 35,54% no ano 2000. A proporção de jovens até 1970, não se altera significativamente, já que em 70 anos teve uma redução de apenas 3,48 pontos percentuais. Isto se deve as altas taxas de fecundidade do período e ao grande contingente de jovens que migraram para o Estado. Já nos últimos 30 anos, devido a acentuada queda da fecundidade, houve um decréscimo de 14,73% na proporção de jovens. Por outro lado, a participação da população em idade potencialmente ativa (de 15 a 59 anos) que em 1900 era de 37,59% alcança 54,00% em 2000. Até a década de 70 o percentual de jovens era maior do que a de adultos, isto ocorre, por um lado, devido a acentuada queda da fecundidade, por outro, a elevada fecundidade do passado. Nos anos posteriores a 1980, há uma significativa elevação da participação da população em idade potencialmente ativa. Os dados recentes mostram que mais da metade da população tem entre 20 e 59 anos. Em função inércia demográfica

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

mesmo considerando que a fecundidade e a mortalidade continuarão com a mesma tendência do passado recente, somente em 2010 é que a participação da população potencialmente ativa do Rio Grande do Sul começará a decrescer. A população com 60 anos e mais apresenta uma participação cada vez maior no contingente populacional: cresce de 3,39% para 10,46% no mesmo período. Em termos absolutos, nos últimos 20 anos, o número de idosos dobrou. Em 2020 aproximadamente 2 milhões de pessoas, no Rio Grande do Sul, deverá ter mais de 60 anos.

A razão de sexo, representada pelo número de homens para cada cem mulheres, é um indicador que permite uma análise mais aprimorada de alguns fenômenos demográficos dependentes de gênero. No Rio Grande do Sul este indicador tem apresentado uma tendência de queda no período analisado. No início do século havia 103,42 homens para cada cem mulheres, passando a 96,18 no ano 2000. A análise por grandes grupos etários revela que somente no grupo etário de 0 a 19 anos há mais homens que mulheres, condizente com o número de nascimentos masculinos que é geralmente superior ao nascimento de meninas. Nas idades mais avançadas, há uma predominância de mulheres, representando a mortalidade seletiva por sexo, uma vez que a expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens.

A fim de precisar a análise, é possível identificar como tais tendências se apresentam para a realidade específica da microrregião de Santo Ângelo, onde está São Miguel. Ela pertencente à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e sua população foi estimada em 2005 pelo IBGE em 207.297 habitantes e está dividida em 16 municípios. Possui uma área de 10.750 km². Seus Municípios são: Bossoroca; Catuípe; Dezesseis de Novembro; Entre-Ijuís; Eugênio de Castro; Giruá; Pirapó; Rolador; Santo Ângelo; Santo Antônio das Missões; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; São Nicolau; Senador Salgado Filho; Ubiretama; Vitória das Missões.

Tomando-se por base os dados relativos ao município de Santo Ângelo do qual São Miguel das Missões fazia parte até o fim da década de 1980, nas últimas décadas ocorreu crescente urbanização, fazendo com que a metade da população rural do município na década de 1970 se transformasse em apenas um quinto da população nas estimativas de 1991, embora o número da população rural tenha duplicado absolutamente neste período. Houve também uma relativa diminuição do número de homens por mulher na área urbana, tendência que não ocorreu na área rural, onde manteve relativa maioria no número de homens. Vejam-se os dados nos quadros abaixo:

DEMOGRAFIA – POPULAÇÃO TOTAL – SANTO ÂNGELO

	1970	1980	1991
FEMININA:	40.586	47.488	39.455
MASCULINA:	40.168	46.179	37.137
TOTAL:	80.754	93.667	76.592

DEMOGRAFIA - POPULAÇÃO RURAL - SANTO ÂNGELO

	1970	1980	1991
FEMININA:	20.232	18.730	7.452
MASCULINA:	21.408	19.957	7.975
TOTAL:	41.640	38.687	15.427

Aproximando os dados ainda mais, observa-se que o Município de São Miguel das Missões/RS possui uma área de 1.229,84 km², representando 0,4574% do Estado, 0,2182% da Região SUL e 0,0145% de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,763 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000) Seu ano de Instalação foi 1989 e faz parte da Microrregião: Noroeste Rio-grandense, Mesorregião: São Miguel das Missões Reproduz o índice de crescimento urbano identificado na Microrregião, com crescimento da população rural a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

partir da imigração promovida pela criação de assentamentos. A pecuária extensiva mantém o controle de parte significativa das terras, havendo em outras áreas o incremento da produção agrícola pelo sistema do plantio direto e do uso de insumos agrícolas da indústria química e de maquinários.

São Miguel teve sua população estimada em 7.485 pessoas em 2005, residindo 2.885 delas na zona urbana. A criação de assentamentos rurais permitiu uma diversificação da produção pelo sistema de minifúndio. Os dados relativos aos Mbyá-Guarani são bastante precários para as décadas passadas, pela inexistência de atendimento pelos órgãos do poder público. Na década de 1990-2000, os Mbyá iniciaram com uma ocupação de três a sete pessoas, tornando-se em torno de cinquenta no final da década. Hoje (2006) a comunidade Mbyá em São Miguel perfaz um total de 216 pessoas, representando 1,7% da população que vive no município.

6.2 QUALIDADE DE VIDA

Não existem registros detalhados para se fazerem estimativas numéricas absolutas ou relativas, a fim de se medir a evolução da qualidade de vida das comunidades Mbyá interligadas com São Miguel. Por outro lado, tal mensuração deveria ocorrer sem tomar como absolutos certos índices tornados legítimos em âmbito internacional, mas que não possuem coerência com os critérios do *nhande rekó Mbyá*. Para os Mbyá não é o número de casas de alvenaria, televisões, geladeiras, eletrodomésticos, vasos sanitários, metragem de cano plástico ou de fogões industriais o critério a medir sua qualidade de vida. Para eles, sua qualidade de vida é medida pelo grau de “alegria” que eles manifestam, algo que também é concebido como núcleo de sua noção terapêutica de saúde corporal e espiritual.

A qualidade da vida Mbyá é medida pela realização pessoal do *aguyje* e pela busca coletiva de áreas virgens, onde fixam *tataypy rupá*, (fazer assento em nossos fogões, local de habitação). Assim, a qualidade da vida é medida pelos Mbyá enquanto facilidade de acesso a áreas de mata, a rios e campos nativos, onde podem recriar suas aldeias e cultivar suas roças tradicionais, receber os visitantes com grandes festas e celebrar com frequência seus rituais religiosos dentro da *Opy*.

É fundamental partir da consideração, de que os Mbyá-Guarani possuem cosmologia que os define estarem vivendo numa segunda terra, numa terra imperfeita, no *Teko Axy*, onde a existência é transitória e os *juruá* protagonizam malefícios que aceleram o fim deste mundo, do qual eles sairão ilesos por respeitarem as forças divinas. Fiéis seguidores desses preceitos, famílias Mbyá vivem acampadas na beira das estradas enfrentando condições muito adversas de salubridade, com escasso alimento e precário abrigo, mas onde podem obter lenha e outras matérias-primas naturais à construção de barracos. O trânsito de famílias Mbyá pelas estradas tornou-se uma rotina na década de 1990, depois que lhes foi dado o direito constitucional de ir e vir em território brasileiro, sem repressão dos aparatos militares como se fazia nas décadas anteriores no país.

Apesar de todas as dificuldades envolvidas na situação de marginalidade (à margem das estradas, à margem da sociedade nacional), a tendência da última década foi de crescimento populacional dos Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul, constatação empírica observada pelo aumento dos acampamentos e aldeias e pela grande quantidade de crianças em relação aos adultos dentro de cada comunidade. Isso é resultante de diversos fatores. O primeiro deles é o constante fluxo de famílias que se deslocam da Argentina e do Paraguai para o Brasil, em busca de melhores condições de sustentação, considerando a crescente perda das terras tradicionais e do desmatamento contínuo das áreas onde vivem, o que prejudica a reprodução da ecologia florestal e impossibilita o seu modo de vida. Em segundo, os efeitos das campanhas de vacinação que se tornaram aceitas pelos Mbyá no Brasil, diminuindo drasticamente seu índice de mortalidade infantil. Em terceiro, pela ampliação das políticas diferenciadas de saúde indígena, que passaram a atender os Mbyá na década de 1990, embora a dificuldade de se adequar ao seu ritmo cultural de deslocamento.

Em quarto lugar, as comunidades Mbyá passaram a ser contempladas com o reconhecimento de algumas áreas de terra para constituírem *tekoá* (aldeias) no Rio Grande do Sul. As primeiras delas foram reconhecidas pelo Governo Federal apenas na década de 1980, considerando que até então a FUNAI só havia tramitado o reconhecimento de áreas Kaingang no sul, tendo por política colocar as famílias Guarani dispersas dentro delas. Isso vigorava desde o século XIX.

Depois das últimas décadas, criaram-se vinte e uma comunidades Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul, algumas convertidas em *tekoá* dentro de centenas de hectares de mata reconhecidos oficialmente para seu uso-fruto exclusivo. Tem havido uma recuperação de áreas com condições ambientais boas aos Mbyá no Estado (áreas marginais ao interesse dos latifundiários privados), algo que tem levantado a auto-estima destes autóctones e tem motivado seu diálogo com nossas instituições. Seu discurso enfatiza a importância de recuperar o acesso às áreas de mata para sustentar as novas gerações que estão chegando em crescente volume.

Outro fator que contribui à elevação do nível de vida dos Mbyá tem sido seu atendimento por políticas de assistência e

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

de previdência, repassando constantemente cestas-básicas e fornecendo pensões a inválidos, a mães após o parto e a velhos membros dessa etnia. Na Saúde, os Governo Federal (FUNASA) e do Estado têm conjugado esforços, através de programas que repassam aos municípios a gestão e a execução do atendimento, preparando os hospitais para tratarem os *Mbyá* enquanto cidadãos brasileiros com direito diferenciado.

O exemplo mais contundente na construção de atendimento diferenciado de saúde aos *Mbyá* é o atual Programa de Prevenção e Redução de Danos pelo Uso Abusivo de Bebidas Alcoólicas em suas comunidades, programa subsidiado pelo VIGI-SUS/FUNASA e que tem patrocinado a realização periódica das “Reuniões dos Kara” do Estado em distintas comunidades, recuperando o sistema de organização comunitária pela nomeação de uma equipe de *Xondaro*, de guardiões da tradição que percorrem as comunidades divulgando as belas palavras e alertando para a importância de acompanhar as rezas tradicionais dos *Karaí* nas *Opy* para curar das doenças e dos malefícios do álcool.

Ainda se devem referir programas de incentivo agrícola, dirigidos a quase todas as comunidades *Mbyá*, executados pela Secretaria da Agricultura e pela EMATER, que adquirem sementes, promovem o roçado e o plantio de áreas, permitem aquisição de equipamento e, inclusive, auxiliaram com recursos do Banco Mundial para a construção de casas de reza em quase todas as aldeias *Mbyá* no Estado.

Ainda é necessário referir a crescente participação de representantes *Mbyá* em foros de discussão e decisão das políticas públicas a eles dirigidas. Em primeiro, refira-se a grande respeitabilidade destinada aos *Mbyá* pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual, ambos atentos à correção dos desvios administrativos demonstrados constantemente pelos agentes da FUNAI, da FUNASA e das prefeituras municipais na atenção às comunidades indígenas. Além de participarem ativamente de audiências públicas, os representantes *Mbyá* têm assento no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), órgão deliberativo do Governo do Estado para a implementação das políticas dirigidas às comunidades indígenas. Uma das consequências dessa participação *Mbyá* é a construção de habitações um pouco mais adequadas ao seu modo de vida, introduzindo também o aparelhamento das áreas *Mbyá* com rede hidráulica, rede elétrica, estrutura sanitária, infra-estrutura à produção agrícola e outros serviços básicos.

A qualidade de vida das comunidades *Mbyá* depende da existência de áreas ambientais íntegras, às quais eles tenham acesso. A tecnologia agrícola fundamentada na utilização de maquinário pesado e no uso de pesticidas químicos tem aniquilado a reprodução de espécies vegetais e animais nativas habitantes na água e no solo, exaurindo fonte fundamental de reprodução cultural do *nhande rekó*.

O Governo brasileiro deve implementar políticas eficazes de salvaguarda às condições ambientais íntegras, para abrir acesso delas aos *Mbyá*, fazendo frente aos critérios exclusivistas do movimento ambientalista que nega a eles o direito de ocuparem parte de seus territórios tradicionais (como acontece hoje no caso dos *Mbyá* impedidos de adentrar na Reserva Florestal de Itapuã).

6.3 TRABALHO E RENDA FAMILIAR

O trabalho e a renda familiar nas comunidades *Mbyá* mantêm-se organizado segundo suas pautas culturais. Nem mesmo ocorre sua participação enquanto trabalhadores avulsos informais (como ocorre com os Kayová do Mato Grosso e com os Kaingang no Rio Grande do Sul), dificilmente ocorrendo sua integração ao mercado de trabalho. Eles não se adaptam ao ritmo individual e autônomo exigidos na execução do trabalho remunerado. Os *Mbyá* preservam sua autonomia como força de trabalho. O sistema de trabalho ainda resguarda sua regulação familiar, sendo organizado segundo o sexo e a idade da pessoa *Mbyá*, esfera em que também se dá a comensalidade (unidade de consumo dos recursos obtidos).

A produção não se funda na ênfase do indivíduo, mas está organizada na cooperação mútua dentro da família. Hoje, o grupo familiar tornou-se mais restrito em tamanho, o que é observado pela dispersão das residências e das roças. A educação das crianças é tarefa compartilhada junto ao fogo de chão, ao mesmo tempo em que se preparam os alimentos, se confraterniza o chimarrão e se elaboram as peças de artesanato. A limpeza doméstica e o cuidado com as crianças menores são tarefas das mais velhas e dos jovens pré-púberes.

O artesanato é motivo de trabalho coletivo, desde a coleta, o preparo das fibras e a confecção das peças. A venda de artesanato é a mais segura fonte de renda das famílias, embora os *Mbyá* não demonstrem inclinações como comerciantes ou negociantes. As pensões da previdência social ajudam bastante as famílias dos velhos beneficiados, o que reforça sua posição enquanto baluarte da tradição. O emprego de alguns dos *Mbyá* como agentes de saúde ou como professores bilíngües tem permitido o ingresso de salários, facilitando a sustentação de suas famílias.

Em cálculo aproximativo, é possível dizer que há muita variação na renda de cada família que oscila conforme o lugar da venda e a estação do ano. Em São Miguel, uma família *Mbyá* consegue obter até quinhentos reais/mês vendendo seu artesanato no período de maior visitação ao Sítio (setembro a novembro), o que cai para poucas dezenas de reais nos meses de baixa no fluxo turístico. Os *Mbyá* da Lomba do Pinheiro confeccionam artesanato e fazem sua venda em

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

diversos pontos do centro da cidade, principalmente na junção da Rua da Praia com a Praça da Alfândega. As comunidades mais afastadas dos centros urbanos e das rodovias (por exemplo, TI Pacheca e TI Capivari) não vivem da venda do artesanato, seja pela dificuldade de deslocamento, seja pela maior oportunidade na obtenção dos recursos naturais.

Outra fonte de renda é os recursos advindos da apresentação dos grupos de canto e dança (organizados em algumas comunidades como a *Tekoá Koenju* e a *Tekoá Anhetenguá*) em eventos públicos promovidos por prefeituras ou outras entidades, além da venda de cópias de CDs produzidos com música tradicionais e dirigidos ao público branco. Outro exemplo é a comunidade *Mbyá* da TI Cantagalo (Viamão), que já ingressou na era do turismo cultural e tem recebido periodicamente interessados em experimentar “um dia de índio”, com direito de degustar comida tradicional e assistir uma simulação de prática xamânica encenada por jovens. São alternativas que surgem para obter renda e compensar a falta de acesso aos recursos naturais.

De maneira paralela, as comunidades *Mbyá* também recebem regularmente doações resultantes de campanhas assistenciais promovidas por entidades religiosas ou por instituições da sociedade civil.

A forma de gestão do dinheiro ainda se dá pela lógica da circulação, inexistindo a preocupação em armazenar capital em instituições bancárias ou financeiras. Os recursos obtidos são rapidamente revertidos em aquisições de produtos industrializados, ou distribuídos na forma de alimentos. O dinheiro também entra nas relações de prestígio dentro da comunidade, usado para alicerçar influência com aliados, o que geralmente gera conflitos e estimula inimizades (um exemplo recorrente é o das conquistas amorosas).

É necessário mensurar os benefícios trazidos pelo capital sobre as comunidades *Mbyá*. Hoje as políticas de incentivo defendem religiosamente o princípio da “geração de renda”, promovendo projetos de desenvolvimento que objetivam agregar valor aos produtos nativos, transformando-os em empresários e comerciantes. Os jesuítas do século XVIII já haviam constatado que os Guarani não possuem índole produtiva, nem tino para negócio. São imprevidentes, porque consomem rapidamente tudo o que obtêm. Hoje, o dinheiro serve para promover jogatinas, rodadas de cachaça e prostituição.

Os índices oficiais que geram os cálculos de “qualidade de vida”, do “produto interno bruto” e do “índice de desenvolvimento local” estão baseados na hegemonia do capital e não revertem em variável numérica os itens entendidos como indicadores do bem-viver *Mbyá*. Uma família de velhos que more em clareira no mato, perto de um córrego de água transparente, convivendo com seus filhos e netos tranquilos e podendo realizar suas roças e colher seus frutos, estando assentados junto ao fogo de chão, rolando de pés descalços na terra aquecida pelo fogo, respirando o ar que corre entre as árvores, colhendo os frutos nativos da estação, tudo isso é qualidade de vida que nossos índices são incapazes de mensurar.

A qualidade de vida dos *Mbyá* deve ser reconhecida plenamente, sem submetê-los aos nossos valores etnocêntricos. Apenas paliativamente é aceitável submeter os *Mbyá* a programas de desenvolvimento. Sem dúvida, é necessário gerar oportunidade de ganho e sustento às novas gerações, promovendo cursos de capacitação, projetos de geração de renda e de comercialização etc. No entanto, isso não pode servir de desculpa para deixar de tramitar o processo de maior importância, que é salvaguardar a **natureza livre** e dentro dela permitir que os *Mbyá* possam praticar sua **territorialidade livre**.

O capital é contrário ao envolvimento que a cosmo-ecologia *Mbyá* exige, porque o capital sempre prega o “desenvolvimento” e depende que as pessoas percam seus vínculos coletivos para então instaurar sua dominação. A incrível resistência dos *Mbyá* em não se deixar dominar por completo pelo capital é um importante patrimônio imaterial da sociedade brasileira, porque serve de exemplo de que um outro mundo é possível.

6.4 EDUCAÇÃO

A questão da educação não dever ser reduzida aos parâmetros genéricos da escolaridade, porque os *Mbyá* mostram-se bastante resistentes em aceitar a criação de escolas dentro de suas aldeias. Essa resistência faz parte dos conflitos gerados pela educação escolar, que se tem introduzido provocando rupturas dentro da sociedade *Mbyá*.

A escola chega com a intenção de totalizar os processos pedagógicos, quando ela surge, enfraquece as instituições nativas onde se fazem os processos de ensino e aprendizagem. A educação e a pedagogia fazem parte da totalidade cultural *Mbyá*, ocorrendo tradicionalmente no espaço do fogo doméstico e no convívio direto dos velhos avós (*ramói* e *jarí*) com as crianças. Da mesma forma, o aprendizado das estratégias de sobrevivência ocorre diretamente no cotidiano, acompanhando o fazer da mãe na roça e no espaço doméstico e do pai na caça em meio à mata ou à pesca no rio.

A implantação da educação diferenciada esbarra em diversas dificuldades. Em primeiro, é necessário apontar a rigidez

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

disciplinar dos processos didático-pedagógicos aplicados na regimentação das nossas escolas, sendo elas orientadas oficialmente no atendimento padronizado e voltadas ao público urbano, incapaz de relativizar sua forte motivação civilizadora. Assim, a escola chega para substituir os espaços tradicionais de transmissão, além de impor a transmissão formal e abstrata em lugar daquela experimental e empírica típica dos *Mbyá*. A escola enquanto instituição do ensinar rivaliza com a *Opy*, templo do saber espiritual, verdadeiro espaço ritualizado de transmissão do *nhande rekó*.

A partir da Constituição de 1988 impôs-se a necessidade de implementar educação diferenciada aos povos indígenas. Isso suscitou discussão na definição de critérios para efetivar adequações aos parâmetros dos grupos envolvidos, do que gerou consenso para a criação de escolas bilíngües. O MEC (Ministério da Educação) passou a promover programas especiais, no sentido de publicar material pedagógico bilíngüe ao mesmo tempo em que promove cursos de capacitação para professores e monitores indígenas, o que também tem contemplado os Guarani no Rio Grande do Sul.

Este processo tem ocorrido gerando contradições entre as comunidades Guarani, a começar pela existência de variações dialetais que são suprimidas na produção de material didático padronizado, gerando resistência por parte de algumas comunidades. O conflito aparece ainda mais acentuado nas comunidades *Mbyá* que não aceitam escola, embora também exista, menos evidente, na forma "indisciplinada" como as escolas funcionam naquelas que a aceitam (veja-se o trabalho Maria Aparecida Bergamaschi).

Para o caso da *Tekoá Anhetenguá* a escola funciona dentro da comunidade através de um professor *Mbyá*, que promove educação fundamental pela escrita bilíngüe. As aulas acontecem regularmente e são freqüentadas por pessoas de diversas faixas etárias, embora destinada às crianças (estão matriculadas 23 crianças). Em São Miguel das Missões, na *Tekoá Koenju*, as aulas ocorrem fora da aldeia, na escola de ensino fundamental que existe no assentamento Pessegueiro, ministradas por professores *Mbyá* (estão matriculadas 30 crianças).

7 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Mapa01 – Território Mbyá na América do Sul
 Mapa02 – São Miguel na América
 Mapa03 – Província Jesuítica Paraguay
 Mapa04 – Localidades no Tape
 Mapa 05 – Localidades S Miguel e RI Inhacpetum
 Mapa06 – Cosmo-ecologia Mbyá no Tape

8 LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Lei nº 6001/1973 – Estatuto do Índio (em revisão).
 Artigos 231e 232 da Constituição Federal de 1988
 Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988
 Lei nº 8.584 de 29 de abril de 1988 – Lei de criação do Município de São Miguel das Missões, constituído por áreas do 3º e do 4º Distritos do Município de Santo Ângelo e parte do Município de São Luiz Gonzaga.
 Registro de tombamento do Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo: Tombado como Patrimônio Histórico Nacional em 16 de maio de 1938, registrado no processo 141-5-38, no Livro Belas Artes I, sob a inscrição de número 63, folha 12.
 Em 1983 é declarada Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

9 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.3 PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Retomando de maneira sistemática as conclusões obtidas no Inventário de Referências Culturais junto aos *Mbyá* em São Miguel, consideram-se os seguintes pontos:

- 1) A presença *Mbyá* junto aos remanescentes físicos de São Miguel Arcanjo é um paradoxo de grande importância enquanto referência cultural, por explicitar contradições sociais marcantes no histórico da região. Em termos locais, os *Mbyá* afrontam o atavismo Guarani que prolifera enquanto sentimento de identidade amplamente divulgado, idealizando os Guarani legítimos como aqueles do passado. Em termos turísticos, os *Mbyá* são tidos como miseráveis sobreviventes do passado, cuja presença incômoda destoa da beleza das pedras trabalhadas. Em termos administrativos, os *Mbyá* fazem confundir competências entre IPHAN, FUNAI, IBAMA, FUNASA, Secretarias de Estado e dos Municípios etc., confusão de grande valor enquanto patrimônio cultural por fazer transpor o “holismo” *Mbyá* em nossas pautas compartimentadas de gestão das questões sociais.
- 2) É preciso desfazer a perspectiva etnocêntrica que enaltece as Missões enquanto uma realização jesuítica (muitos entendem os Guarani apenas como coadjuvantes na história). O conceito comunidade introduz a variável social exigida no trato com os níveis do intangível e do imaterial da cultura, considerando as dimensões abstratas de etnicidade e demais condicionantes sociais que organizam a vida na comunidade *Mbyá* existente em São Miguel.
- 3) A rigidez dos critérios burocráticos fez impor a colocação de cercas físicas para demarcar a amplitude de cada um dos sítios protegidos nas Missões. É preciso fazer um deslocamento em direção ao exterior do Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo para compreender sua importância enquanto referência cultural para índios e para não-índios, equacionando a ausência dos *Mbyá* nas rodadas de planejamento da gestão pública do referido parque, limite que o INRC imediatamente constatou e pretende discutir.
- 4) A forma de organização das comunidades *Mbyá-Guarani* não recebe o devido respeito, enfrentando opressão ao longo dos últimos séculos e mesmo assim resistindo mantendo sua dignidade étnica. Os vínculos sociais e a itinerância que integram as diversas comunidades *Mbyá* numa rede internacional de intercâmbios são características a merecer melhor atenção de salvaguarda por parte do Estado Brasileiro e do governo dos demais países que compõe o Mercosul.
- 5) A privatização das terras e a degradação ambiental restringiram drasticamente o espaço de sobrevivências da população *Mbyá*, restando apenas pequenas ilhas de relictos de vegetação nativa capazes de sustentar o *nhande rekó* e ainda assim convertidos em propriedades privadas e em áreas de proteção ambiental das quais eles são excluídos.

O inventário de Referências Culturais junto aos *Mbyá* é constantemente ameaçado pelas rotinas materialistas de gestão patrimonial, sofrendo o risco de se reduzir ao processo de registro de bens, perdendo de foco a inegável ligação destes bens com a centralidade da auto-determinação *Mbyá*.

9.4 RECOMENDAÇÕES

A proteção aos recursos naturais é a primeira e básica demanda apresentada pelos *Mbyá* em diálogo na execução do INRC em São Miguel. O discurso de seus representantes reclama pela necessidade de salvaguarda daquilo tudo que é constantemente criado por *Nhanderu eté* (nosso pai verdadeiro, deus) em seu benefício, ou seja, os rios, as matas e campos onde se criam as plantas e os animais que sustentam o modo de vida e a cosmologia dos *Mbyá-Guarani*. Assim, o primeiro eixo conclusivo do INRC é pela salvaguarda da **natureza livre** (ecologia não subordinada pela economia), formulação que alia os propósitos do INRC com aqueles executados por outros órgãos, como o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a FEPAN e Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dentre outros.

A proteção da natureza livre será estimulada através de estratégias como incentivos fiscais aos proprietários que aceitem a presença dos *Mbyá* em suas terras, permitindo a eles disponibilizarem de espaço à reprodução de seu modo de vida, sem interferir nos ganhos de capital privado investidos na terra (os *Mbyá* sabem respeitar lavouras, cercas e demais benfeitorias). Em termos gerais, a extensão geográfica do sítio e o acesso livre ao interior das propriedades apontam à recuperação do *Jeguatá Tape Porã*, o que leva ao segundo eixo conclusivo deste INRC, qual seja: sobre a necessidade de se implementarem políticas para salvaguardar a itinerância dos *Mbyá*, verdadeiro patrimônio imaterial brasileiro e continental. O trânsito local, regional, nacional e internacional *Mbyá* precisa obter pleno reconhecimento na amplitude do Mercosul, tornando oficial a categoria **territorialidade livre**, elaboração feita em

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

conjunto (técnicos e representantes *Mbyá*) ao longo da etapa de Identificação. Esta categoria engloba outra mais restrita, mas igualmente importante, como é a de **acesso livre aos sítios arqueológicos das Missões** e ao Patrimônio da Humanidade e a integração participativa dos próprios *Mbyá* na gestão deste patrimônio.

A execução do INRC deparou-se com a postura reservada dos *Mbyá*, que dificultam o acesso dos *juruá* ao conhecimento e observação de suas celebrações e características culturais mais importantes, consideradas como mistério exclusivo daqueles que fazem parte de sua etnia. Os resultados de registro foram limitados no que se refere a estes aspectos mais centrais e intangíveis de sua cultura, porque se adotou postura de respeito em relação às suas exigências de reserva e segredo. Assim, o terceiro e último eixo conclusivo do INRC é para levar ao reconhecimento oficial da **dimensão de mistério** exigida pelos *Mbyá*, o que poderia se objeto de Salvaguarda, respaldando plenamente seus direitos de autodeterminação.

10 DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	F11.1 - Ficha de Identificação de Localidade: São Miguel das Missões F11.2 - Ficha de Identificação de Localidade: Reserva Indígena Inhacapetum F11.3 - Ficha de Identificação de Localidade: Caaró F11.4 - Ficha de Identificação de Localidade: Terra Indígena Salto Grande do Jacuí F11.5 - Ficha de Identificação de Localidade: Terra <i>Mbyá-Guarani</i> Lomba do Pinheiro F11.6 - Ficha de Identificação de Localidade: Terra Indígena Capivari
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	As referências bibliográficas do Sítio inventariado estão localizadas em formato Word (.doc), em anexo a esta ficha de identificação de Sítio.
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	A listagem completa dos registros audiovisuais referentes à Ficha de Identificação de Sítio está localizadas em anexo a esta ficha de identificação de Sítio, em formato Word (.doc).
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Os bens culturais registrados estão em anexos às fichas das localidades do Sítio inventariado.
ANEXO 4: CONTATOS	Considerando a grande amplitude das relações entre as localidades, definidas pelo <i>tape</i> , o Anexo 4: Contatos é apresentado em arquivo único, e assim, refere-se à Ficha de Identificação Sítio (não dividido por localidades).
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Ver os Anexos 3: bens culturais em cada Ficha de Identificação das 6 localidades inventariadas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

11 TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Adrian Campaña, Carlos Eduardo de Moraes, Daniele Pires, José Cirilo Morinico, José Otávio Catafesto de Souza, Mônica Arnt, Osvaldo Paredes.		
SUPERVISOR	José Otávio Catafesto de Souza		
REDATOR	José Otávio Catafesto de Souza		DATA 11/09/2006
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Beatriz Muniz Freire		